
CADERNO DE RESUMOS

III SEMINÁRIO NACIONAL
DE GESTÃO E AVALIAÇÃO
EM EDUCAÇÃO: as políticas
educacionais hoje



CADERNO DE RESUMOS

III Seminário Nacional de Gestão
e Avaliação em Educação PPGP/
CAEd/UFJF

ISSN: 2358-3304

Juiz de Fora, Janeiro de 2017.

COMITÊ CIENTÍFICO

- Eliane Medeiros Borges
- Juliana Alves Magaldi
- Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo

COMITÊ ORGANIZADOR

- Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos
- Daniel Eveling
- Helena Rivelli de Oliveira
- Leonardo Ostwald Vilardi
- Luisa Gomes de Almeida Vilardi
- Mônica da Motta Salles Barreto Henriques
- Vitor Fonseca Figueiredo

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação Profissional Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP/CAEd/UFJF

APOIO

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora

APRESENTAÇÃO

O *III Seminário Nacional de Gestão e Avaliação em Educação: as políticas educacionais hoje* será realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora no período de 18 a 20 de janeiro de 2017. O evento tem como objetivo promover espaços de articulação e discussão de pesquisas e práticas profissionais afins à área educacional, além de estimular a produção acadêmica de alunos de programas de pós-graduação, profissionais e pesquisadores da área. Ao propor o olhar para o momento atual das políticas educacionais, o III SNGAE busca estimular análises das políticas públicas em educação em suas múltiplas dimensões.

O público-alvo são os alunos e egressos do PPGP e demais alunos de pós-graduação da área, professores, pesquisadores e gestores interessados no tema.

Nesta terceira edição do evento, contamos com 70 trabalhos aprovados que foram divididos em 05 Grupos Temáticos, apresentados a seguir.

GRUPOS TEMÁTICOS

GT 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

GT 2: GESTÃO EDUCACIONAL

GT 3: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

GT 4: ENSINO SUPERIOR

GT 5: DIVERSIDADE E DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO

Sumário

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE POLÍTICAS PÚBLICAS I.....	10
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM ANGRA DOS REIS: traços significativos da proposta municipal no bojo das políticas educacionais da atualidade	11
IMPACTOS DA REFORMA GERENCIAL NA GESTÃO DO CURRÍCULO MÍNIMO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise da gestão curricular na rede pública de ensino do Estado do Rio De Janeiro	12
POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUSÃO E INDIVIDUAÇÃO NA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH: a educação como pressuposto para o exercício da cidadania	13
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: INVESTIGANDO O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM	14
OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO SIMADE NA PERSPECTIVA DOS ATORES DO CAED E DA SEE/MG.....	15
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: análise da política de Educação Ambiental no município do Rio de Janeiro.....	16
O CONTEXTO DA INFLUÊNCIA E DA PRODUÇÃO DO TEXTO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LUÍS: um olhar sobre as metas para a educação infantil	17
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE POLÍTICAS PÚBLICAS II.....	18
FORMAÇÃO CONTINUADA EM DEBATE: opiniões de egressos sobre efeitos de programas do Governo Federal na prática profissional.....	19
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS EDIÇÕES DE 1996 A 2015	20
A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: UM OLHAR SOBRE O REGIME DE COLABORAÇÃO	21
ENTRE A RELAÇÃO DIALÉTICA E A DIALÓGICA: um professor carioca vivendo numa oca	22
QUE EDUCAÇÃO PARA QUE PAÍS: as percepções sobre a avaliação.....	23
POLÍTICAS PÚBLICAS EM ARTE EDUCAÇÃO: IMPACTOS COGNITIVOS E PSICOMOTORES A PARTIR DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE ARTES	24
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM OLHAR MULTIDIMENSIONAL EM DUAS EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RJ).....	25
Resumos aprovados para o GT de Avaliação Educacional.....	26
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES: diferentes vozes por uma política nacional de formação... ..	27
AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES COMUNICATIVAS E DE LINGUAGEM DE ALUNOS SURDOS USUÁRIOS DE IMPLANTE COCLEAR	28
APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA BIMESTRAL – SAERJINHO	29
ETNOGRAFIA NAS ESCOLAS: a gestão e o lugar do processo de ensino-aprendizagem.....	30
O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS (SAEGO): análise e apontamentos.....	31
A GESTÃO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM OS RESULTADOS DE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS DO SPAECE: um estudo de caso em uma escola pública regular do Ceará.....	32
AVALIAÇÃO ESCOLAR E LINGUAGEM CARTOGRÁFICA.....	33
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE GESTÃO EDUCACIONAL I	34
EJA E GESTÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.....	36
GESTÃO EDUCACIONAL EM REDES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	37

CONTANDO HISTÓRIAS E TECENDO DESAFIOS: a atuação da gestão numa escola de tempo integral.....	38
POLÍTICAS GERENCIAIS E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE ESTADUAL FLUMINENSE	39
OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NOS SISTEMAS DE ENSINO	40
GESTÃO DEMOCRÁTICA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO: EFETIVIDADE OU IDEOLOGIA?	41
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE GESTÃO EDUCACIONAL II.....	42
ANÁLISE DA TENDÊNCIA E CENÁRIO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA SOB A PERSPECTIVA DAS REDES DE GESTÃO DEPARTAMENTAL	43
CONTRARREFORMA BURGUESA NA GESTÃO DE SISTEMAS PÚBLICOS EDUCACIONAIS NO BRASIL	44
A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO	45
A GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL: uma análise na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro	46
OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE GESTÃO EM EDUCAÇÃO	47
GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONTEXTOS ESCOLARES, UMA UTOPIA POSSÍVEL?	48
GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO SUPERVISOR EDUCACIONAL NO TRIO GESTOR	49
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE POLÍTICAS PÚBLICAS I.....	50
AUTONOMIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: um estudo sobre as produções discursivas de professores da capital mineira	51
PERCEPÇÕES DE ALUNOS E AGENTES ESCOLARES A RESPEITO DE UMA POLÍTICA DE CORREÇÃO DE FLUXO E ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: um estudo de caso	52
A QUIMERA DE PIMENTEL: uma análise das políticas de formação continuada de professores no estado de Minas Gerais.....	53
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOB A ÓTICA DOCENTE: reflexões preliminares	54
PENSANDO SOBRE A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC: perspectivas de análise.....	55
QUE EDUCAÇÃO PARA QUE PAÍS: as percepções sobre a avaliação.....	56
REAÇÕES DOCENTES FRENTE À GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO	57
TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OS INSTITUTOS FEDERAIS E O COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO INTEGRAL	58
MOVIMENTOS EM BUSCA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL E A META 6 DO PNE.....	59
Que educação para que país: Uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola	60
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE GESTÃO EDUCACIONAL I.....	61
APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: COMO AS FERRAMENTAS DE GESTÃO PODEM AJUDAR NOS USOS DOS RESULTADOS	62
A IMPLEMENTAÇÃO E A OPERACIONALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO REGULAR NOTURNO NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS – SEE/MG.....	63
IMPLANTAÇÃO DA REDE DE APOIO À CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ.....	64
A CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: fundamentos teóricos e históricos do projeto de concertação nacional.....	65
OS PROCESSOS DE ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES: TECENDO REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	66
NÚCLEO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS: AÇÕES MOTIVADORAS, ARTICULADAS AO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICOS, PARA REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR.....	67

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO A EVASÃO ESCOLA POR MEIO DE PROTOCOLO ELETRÔNICO: UM ESTUDO REALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA NA BAHIA.....	68
O RECORTE DA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE DIRETORES, SEUS SIGNIFICADOS E A RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	69
GESTÃO ESCOLAR E AVALIAÇÃO EXTERNA: ESTABELECENDO REFLEXÕES.....	70
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....	71
IMPACTOS DO PACTO NO MUNICÍPIO DE CORONEL PACHECO.....	72
AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: a avaliação e a transparência na gestão pública baiana.....	73
A LINGUAGEM ESPECIALIZADA NO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (PAAEMG).....	74
PROVINHA BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM.....	75
NOVAS FORMAS DE AVALIAR: diálogos entre Paulo Freire e Maria Montessori na Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	76
O SAERJINHO COMO AVALIAÇÃO FORMATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DA REGIONAL MÉDIO PARAÍBA/RJ.....	77
ITEM X CONTEÚDO: A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE LETRAS NO ENADE.....	78
A CRISE DA MODERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	79
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE ENSINO SUPERIOR.....	80
A GESTÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.....	81
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE SURDOS EM CONTEXTO BILÍNGUE.....	82
ATUAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU BRASILEIRA.....	83
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ADAPTAÇÃO DISCENTE NOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO/EVASÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA UFF.....	84
QUEM EDUCA OS EDUCADORES? O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM CURSOS A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	85
RELAÇÃO EMPRESA/INSTITUIÇÃO: O ESTÁGIO NO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UFJF.....	86
O PAPEL DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COMO SUPORTE DE APOIO EM ENSINO DE EDUCAÇÃO MEDIADA POR HIPERMÍDIAS EDUCACIONAIS.....	87
PESQUISA CIENTÍFICA SE APRENDE FAZENDO PESQUISA.....	88
OS ESTÁGIOS OBRIGATORIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: O CONTEXTO INSTITUCIONAL, A “CULPABILIZAÇÃO” DA BUROCRACIA E PROPOSTAS PARA SOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS.....	89
RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE DIVERSIDADE E DESIGUALDADE.....	90
DINÂMICAS DE EDUCAÇÃO-TRABALHO-RENDA NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS (1970/2010): desafios para políticas educacionais que combatam desigualdades.....	91
EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: Como os livros de literatura infantil podem auxiliar na ressignificação dos discursos e práticas acerca do tema diversidade nas escolas.....	92
INCLUSÃO ESCOLAR: O PAPEL DA ESCOLA NA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	93
A DIVERSIDADE NA LUTA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL NUMA UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL: a construção de práticas humanizadoras e solidárias.....	94
ESPAÇO RESERVADO PARA PICHADORES SOCIAIS: as contribuições dos participantes da I Jornada de Educação Não Escolar e Pedagogia Social sobre o conceito de educação social.....	95
EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO PRÉ-VESTIBULAR CIDADÃO DE VOLTA REDONDA/RJ: sucessos e insucessos.....	96
ACESSIBILIDADE: um estudo nas escolas municipais de Juiz De Fora.....	97
ANÁLISE DE RELATOS QUE COMPROVAM A NECESSIDADE DA INCLUSÃO DE UMA DISCIPLINA VOLTADA PARA EJA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA.....	98

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

Dia: 19/01

Hora: 14h às 17h

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM ANGRA DOS REIS: traços significativos da proposta municipal no bojo das políticas educacionais da atualidade

Autor: Marcio Bernardino Sirino

Resumo: Muito se tem ouvido falar, atualmente, acerca de “educação integral”, “educação em tempo integral” e “ampliação da jornada escolar” – discussões estas que além de buscar a promoção de uma educação de qualidade, vêm se incorporando no contexto das necessidades sociais de assistência e de proteção aos educandos. Neste bojo, trazemos, enquanto recorte da pesquisa – em andamento – de mestrado em educação, pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO), apontamentos relevantes sobre a política pública de educação em tempo integral do município de Angra dos Reis (RJ) tendo a clareza de que a socialização dessa experiência – em construção desde 2009 – muito pode contribuir para a problematização no que tange às Políticas Públicas Educacionais – eixo que nos inserimos, neste seminário. Desse modo, embora a referida pesquisa, denominada “A trajetória da educação em tempo integral na rede municipal de ensino de Angra dos Reis (RJ)”, potencialize a discussão trazendo como escopo o processo histórico de construção e de materialização das duas políticas desenvolvidas neste locus (municipal e a federal), neste trabalho, especificamente, primamos por sinalizar, apenas, as particularidades dos Centros de Educação em Tempo Integral (CETIs) – consolidado enquanto política pública municipal que prevê a ampliação da jornada escolar dos educandos – das 4 (quatro) unidades escolares existentes – para 7 (sete) horas diárias e, ainda, o desenvolvimento de uma formação humana mais completa – que abarque as diferentes dimensões formadoras – aos sujeitos inseridos neste processo. Em tempo, convém destacar que, para apresentar os aspectos mais expressivos desta política e suas especificidades, nos embasamos – metodologicamente – na análise documental (aportes que registram e normatizam a política municipal) em diálogo com referenciais bibliográficos que argumentam acerca das temáticas que constituem esta ementa. Neste desfecho, assinalamos que esta política municipal foi objeto de muitas discussões e ressignificações, ao longo desses anos de implementação, e que – enquanto uma ação em desenvolvimento– desdobra profícuas problematizações no campo das políticas educacionais bem como na esfera da gestão e da avaliação em educação.

IMPACTOS DA REFORMA GERENCIAL NA GESTÃO DO CURRÍCULO MÍNIMO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise da gestão curricular na rede pública de ensino do Estado do Rio De Janeiro

Autor(es): Igor Andrade da Costa

Resumo: Diante da crise estrutural do capital provocada pela crise do modelo de desenvolvimento taylorista/fordista, entre o final dos anos 1960 e os anos 1970, o novo regime de acumulação de capital pautado nos princípios do toyotismo e da flexibilização do trabalho do trabalho e da produção é implementado, visando à recomposição das bases de acumulação do capital. No bojo dessas transformações, ocorre uma verdadeira reforma da educação básica, com vistas na formação de trabalhadores de novo tipo para atender às novas exigências de produtividade e competitividade das empresas. A pesquisa tem como objetivo investigar como estas estratégias de qualificação e coesão social se refletem na gestão do currículo da educação básica. Para isto, tomamos como referencial empírico as novas diretrizes curriculares adotadas pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro a partir de 2011. O objetivo é averiguar em que medida a proposta curricular deflagrada pelo Decreto 42.793/2011 materializa os esforços burgueses para ajustar o sistema educacional às novas demandas do capital. Nossa pesquisa se caracteriza como pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que combina técnicas de coleta de dados de pesquisas de tipo análise documental e de tipo levantamento. Nesse sentido, nos utilizamos de análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias. Com estes instrumentos, faremos um levantamento dos elementos determinantes sociais, políticos e pedagógicos da estruturação da nova matriz curricular desta rede de ensino. A partir das consultas das fontes anteriormente expostas e diante dos resultados, podemos concluir que as políticas inseridas pelo Decreto 42.793/2011 se inserem em uma gama de reformas educacionais ocorridas no país alinhadas com a privatização e os preceitos neoliberais. O currículo mínimo tem por objetivo realinhar a formação da classe trabalhadora às novas demandas do modelo de desenvolvimento toyotista preparando os alunos para uma realidade de precarização dos direitos e aceitação da empregabilidade e ao mesmo tempo obtendo do professor o consentimento através da política de bonificação restringindo a prática educativa a um mínimo e transformando o professor em mero reprodutor de materiais didáticos elaborados muitas vezes por instituições privadas financiadas por fundos públicos.

POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUSÃO E INDIVIDUAÇÃO NA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH: a educação como pressuposto para o exercício da cidadania

Autor(es): Matheus de Oliveira Guimarães; Aline Nunes Viana

Resumo: Esta pesquisa visa discutir a Educação como pressuposto para o exercício da cidadania das pessoas com necessidades educacionais específicas a partir da contextualização das políticas públicas que versam sobre o assunto, bem como tratar da conceituação dos termos inclusão e individuação a partir da teoria honnethiana sobre reconhecimento. Entende-se que, em resposta ao conteúdo normativo que fundamenta a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, esses indivíduos têm sido inseridos no ambiente escolar de maneira correntemente inadequada. Este trabalho se propõe a analisar, sob o prisma da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, esse método de inclusão/inserção com base no processo de formação do indivíduo a partir da constituição de si (reflexiva e socialmente) e consequente constituição de sua cidadania. Com base no conceito tridimensional de reconhecimento da teoria honnethiana, aponta-se para a inclusão do indivíduo a partir de dois processos distintos e articulados: a individuação e a inclusão (no termo em si). Em seguida, desenvolvem-se algumas considerações sobre as condições práticas das escolas implementarem a legislação posta de maneira a se efetivar a referida ação de inclusão, identificando-se os atores responsáveis por essa incumbência. Para a ilustração da discussão proposta, recorre-se à realização de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de questionários junto a gestores escolares e professores (da rede pública e privada) no Município de Ouro Preto, Minas Gerais – através dos quais se busca analisar a percepção desse grupo sobre o tema em epígrafe. As conclusões, por fim, corroboram o juízo de que a responsabilidade pela efetiva garantia dos direitos previstos nas normas que versam sobre o assunto cabe, solidariamente, ao Estado e à coletividade – incluindo-se nesta os diretores, professores e agentes escolares; as famílias, responsáveis e representantes das pessoas com necessidades educacionais específicas; e, sobretudo, a sociedade de forma geral.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: INVESTIGANDO O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJovem

Autor(es): Paula de Macedo

Resumo: O ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) é um programa de governo que teve início na gestão do ex-presidente Lula da Silva a partir de 2005, como uma das ações da sua Política Nacional de Juventude. O Programa oferece aos jovens de 18 a 29 anos a oportunidade de conclusão do ensino fundamental, um curso de qualificação profissional de acordo com as necessidades locais e formação para a cidadania num período de dezoito meses. De acordo com o discurso oficial, a partir da participação no ProJovem, o jovem estaria apto a disputar uma vaga no mercado de trabalho. Nosso principal objetivo é verificar a eficiência do ProJovem como medida de inserção do jovem participante no mercado de trabalho. Como referência nos propomos investigar a realidade do programa ProJovem, na modalidade Urbano na cidade de Mesquita localizada na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Buscamos conhecer as expectativas dos jovens ao ingressarem no ProJovem em Mesquita e como a participação nele interferiu no seu ingresso no mercado de trabalho. A investigação realizada pode ser classificada como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, valendo-se de dados quantitativos para situar o tema. A coleta de dados foi através de questionários com questões abertas e fechadas que foram respondidos pelos alunos participante do ProJovem no início e próximo ao encerramento do Programa. Nossa análise teve como referência material bibliográfico de fontes primárias e secundárias referentes à juventude, políticas públicas e programas de qualificação profissional. A partir dessa experiência foi possível compreender a realidade do ProJovem Urbano e verificar a sua eficiência como mediador da inserção dos seus alunos no mercado de trabalho. O estudo demonstrou que o Programa é deficiente na inserção de jovens no mercado de trabalho, em função, inclusive, da formação precária que é oferecida, confirmando nossas suspeitas iniciais. A realidade encontrada nos levou a refletir sobre o fato de ser ter um programa de governo oficial, voltado para a oferta de formação profissional para as camadas populares da sociedade, o qual não poderia e nem pôde, em função de sua precariedade, modificar significativamente a realidade desses jovens.

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO SIMADE NA PERSPECTIVA DOS ATORES DO CAED E DA SEE/MG

Autor(es): Carla da Conceição de Lima; Adriana da Silva Lisboa Tomaz

Resumo: Na década de 1990, o Estado, buscando a modernização da administração pública e das práticas de controle burocrático, instituiu medidas políticas e administrativas que alteraram os meios de regulação dos poderes públicos. Nesse sentido, o estado de Minas Gerais tem instituído propostas normativas em consonância com as do Governo Federal, bem como adotado políticas públicas próprias, como o Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), elaborado em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), para ser um instrumento da gestão escolar. Embora a análise de uma política pública englobe várias etapas, optou-se, neste artigo, por analisar detalhadamente somente o período de implementação do sistema. Dessa forma, pretende-se investigar, quais foram os principais desafios vivenciados pelos atores da SEE/MG e do CAEd na implementação do SIMADE. Em última instância, o objetivo da socialização desta análise é fornecer aos profissionais e pesquisadores da área uma visão sobre os contornos dessa política. A perspectiva metodológica adotada é qualitativa, com análise de documentos sobre o SIMADE e a realização de nove entrevistas, sendo sete com profissionais do CAEd e duas com as analistas pedagógicas da SEE/MG que participaram da implementação das 3920 escolas estaduais mineiras. Constatou-se que os principais desafios em todo o estado foram os mesmos: (i) resistência à utilização do SIMADE; (ii) usuários com pouca familiaridade com computadores; (iii) utilização de outro sistema de gestão na escola; (iv) infraestrutura precária das escolas; (v) instrutores do CAEd sem conhecimento sobre a legislação educacional; (vi) menus e funcionalidades do SIMADE com nomes pouco usuais; (vii) a resolução que orientava o SIMADE só foi lançada oito meses após o início da implementação; (viii) comprometimento dos técnicos das SREs com a implementação, já que, em um segundo momento, eles foram os responsáveis por repassar os treinamentos para as escolas; (ix) necessidade de internet nas escolas para a versão WEB do SIMADE. Portanto, a formulação da política pública não foi realizada de forma condizente com a realidade das escolas e dos agentes do sistema educacional mineiro, ocasionando descrença entre os atores escolares em relação ao SIMADE, dificuldades para a equipe do CAEd e a pouca participação da SEE/MG na implementação.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: análise da política de Educação Ambiental no município do Rio de Janeiro

Autor(es): Eduardo Da Costa Pinto D'avila; Carlos Frederico Bernardo Loureiro; Rodrigo De Azevedo Cruz Lamosa

Resumo: Esta apresentação contém análises realizadas na construção da tese de doutorado em andamento que tem como tema o processo histórico de institucionalização da política municipal de educação ambiental do Rio de Janeiro (PMEA/RJ). O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados a partir do mapeamento da atuação de intelectuais coletivos e orgânicos envolvidos diretamente com esta política pública. O quadro teórico-metodológico consistiu na concepção gramsciana de Estado integral (GRAMSCI, 2011), entrevistas com professores cursistas em cursos de educação ambiental da prefeitura, revisão bibliográfica e análise de conteúdo de documentos da Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental (CSPEA) e do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMAC), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), da Secretaria Municipal de Educação (SME) e do parlamento. Apresentamos a atuação dos intelectuais coletivos e orgânicos a partir dos seus projetos e ações diretamente ligadas a PME/RJ, baseado em autores afinados com a metodologia gramsciana e que têm pensado o Brasil contemporâneo a partir da abordagem ampliada do Estado (FONTES, 2010; LAMOSA, 2016; PAULA & MENDONÇA, 2013; CASTELO, 2013) Na discussão dos dados, a autonomia docente surgiu em função da hegemonia da pedagogia de projetos implantada na gestão gerencial. A construção desta política pública tem sido realizada sem a participação dos profissionais da educação, com protagonismo de ONGs e empresas na formulação e execução da PME/RJ. Houve, conforme analisamos, a emergência de um novo padrão de política pública sustentada em projetos de educação ambiental formulados e executados por empresas e Ongs no interior das escolas públicas.

O CONTEXTO DA INFLUÊNCIA E DA PRODUÇÃO DO TEXTO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LUÍS: um olhar sobre as metas para a educação infantil

Autor(es): Priscila de Sousa Barbosa

Resumo: A análise do ciclo de políticas proposto por Ball e Bowe (1992) traz a reflexão acerca de cada uma das abordagens nas políticas públicas, nesse caso o olhar se deu sobre as políticas públicas educacionais. A primeira etapa da educação básica, a educação infantil vem sendo fortificada pelas leis nº 13.306/16 e nº 12.796/13 que indicam o que já fora proposto na Emenda Constitucional n.º 59/2009 tornando a educação básica obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos. Com essa revisão de políticas sobre o atendimento das crianças pequenas faz-se necessário direcionar para os contextos que tem se voltado. Como fizeram Ball e Bowe (1992) ao propor a análise do ciclo de políticas a partir do contexto de influência, da produção de texto, da prática, dos resultados e da estratégia política, essa reflexão, em particular buscou-se refletir sobre o contexto de influências e da produção de texto no Plano Municipal de Educação de São Luís no que concerne a educação infantil. Investigou-se: qual o contexto de influência e da produção de texto no processo de formulação das metas previstas para as ações da educação infantil no município de São Luís. Debruçou-se em Ball e Bowe (1992), Mainardes (2007), Ball e Mainardes (2011). Optou-se por uma pesquisa documental e bibliográfica, analisando o Plano Municipal de Educação de São Luís 2015/2024 e a revisão das inferências das macropolíticas. Percebeu-se que o plano se propõe a estabelecer metas para que a rede municipal de educação se adeque, porém as metas talvez não são plausíveis, pois os contextos da prática e dos resultados, que é onde se efetivam as políticas tem sido prejudicados por conta do desafios na ampliação da matrícula, infraestrutura das escolas, falta de recursos humanos e materiais, comprometimento do processo pedagógico e de investimento na formação continuada dos profissionais.

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE POLÍTICAS PÚBLICAS II

Dia: 19/01

Hora: 14h às 17h

FORMAÇÃO CONTINUADA EM DEBATE: opiniões de egressos sobre efeitos de programas do Governo Federal na prática profissional

Autor(es): Bárbara Lima Giardini; Cássia do Carmo Pires Fernandes; Beatriz de Basto Teixeira

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de duas teses que abarcam opiniões de egressos sobre a formação continuada oferecida pelo Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (PNEGEB). Tem por objetivo analisar as opiniões dos professores participantes do PNAIC e dos diretores escolares participantes do PNEGEB sobre os resultados e efeitos da formação. Assim, partiu-se da seguinte questão: quais são os resultados e efeitos da formação proposta pelo governo federal para a prática profissional? A hipótese formulada para este estudo é de que os processos formativos contribuem para a melhoria da prática e conseqüentemente para a melhoria da qualidade da educação pública. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo, esta última contou com dois tipos de questionário como instrumentos de coleta de dados, sendo um destinado aos professores alfabetizadores egressos do PNAIC e outro destinado aos gestores egressos do PNEGEB. Os dados foram tabulados, organizados e interpretados a partir do Programa Statistical Package for the Social Sciences (IBMSPPSS®), fazendo-se uso de análise estatística e de conteúdo, envolvendo as abordagens qualitativas e quantitativas. A discussão dos dados revela o potencial dos Programas para a melhoria da prática dos profissionais da educação, na ótica dos participantes deste estudo, que evidenciaram resultados positivos e efeitos diretos e indiretos dos cursos. Por outro lado, observam-se os desafios que os Programas de formação continuada de âmbito nacional enfrentam no atual contexto político e econômico do país.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS EDIÇÕES DE 1996 A 2015

Autor(es): Elisabeth Gonçalves de Souza

Resumo: A discussão sobre as políticas de produção, distribuição e avaliação dos Livros Didáticos (LD) sempre foi tema presente nos debates educacionais. A partir da década de 1980, começam a emergir as políticas mais concretas, em especial com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985. O surgimento de políticas educacionais específicas fez com que o acesso fosse ampliado, tornando-se necessário o desenvolvimento de estratégias e instrumentos de avaliação e de escolha dos materiais distribuídos. A intervenção do Ministério da Educação (MEC) na qualidade dos LD só aconteceu a partir de 1990. Inicialmente, a participação mais direta do ministério consolidou-se a partir do Plano Decenal de Educação para Todos, que previa um aprimoramento da distribuição desses materiais, bem como a capacitação docente para os processos de escolha. Em 1993, dentro de uma política pela qualidade dos LD, o MEC nomeou uma comissão de especialistas responsáveis por avaliar os livros solicitados pelas escolas e estabelecer critérios de avaliação para novas aquisições. Os resultados do trabalho dessa comissão apontaram algumas inadequações editoriais, conceituais e metodológicas e estabeleceram requisitos mínimos que deveriam constar em um manual escolar de boa qualidade. De acordo com Chopin, “após terem sido negligenciados tanto pelos historiadores quando pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos prá cá” (CHOPIN, 2004, p. 549). E é nesse campo de estudo crescente que nossa pesquisa transita. Neste texto apresentaremos os resultados da análise realizada nos critérios de avaliação dos Livros Didáticos de Língua Portuguesa (LDLP) inscritos no PNLD entre os anos de 1996 e 2015, para os anos iniciais do ensino fundamental. Nosso intuito é perceber como esses critérios de avaliação que orientam esta política pública vêm se apropriando dos referenciais das teorias do texto, em especial, como as fichas de avaliação abordam a coesão textual. Tomamos como base teórica as discussões Batista (2003, 2004, 2005), Cafiero (2002), Costa Val (1991, 1999, 2004), Marcuschi (1983, 1998, 2008), Koch (1988, 1996, 2000, 2002).

A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: UM OLHAR SOBRE O REGIME DE COLABORAÇÃO

Autor(es): Gabriella Felix Cupolillo; Karine Vichiatt Morgan

Resumo: A educação de tempo integral é tema corrente nas discussões de políticas educacionais no Brasil, em especial, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que refere-se à progressiva ampliação da carga horária dos estudantes para o tempo integral e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) cuja meta 6 versa sobre o tema. O presente artigo analisa a questão do regime de colaboração citado entre as estratégias dos Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro quando evocado na meta referente à educação de tempo integral. Para tanto, utilizamos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) das estratégias relacionadas à meta isolando o termo “com o apoio da União”, “em colaboração” e “regime de colaboração” objetivando compreender em que medida os municípios dependem de aportes da União e dos Estados para o alcance da metas propostas. Foram analisados 89 PMEs, dos quais 61 acompanharam a meta definida pelo PNE. Foi percebido ao longo das análises que, em boa parte dos planos municipais, as estratégias definidas também acompanharam a redação da lei nacional. Após uma discussão sobre o regime de colaboração e a relação deste com os sistemas de ensino (OLIVEIRA; SANTANA, 2010; HOCHMAN, 2013, SARI, 2014, dentre outros), observou-se a insuficiência dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, técnica e financeiramente, no que tange ao cumprimento dos percentuais apontados em seus planos e os pontos em que é mais solicitado.

ENTRE A RELAÇÃO DIALÉTICA E A DIALÓGICA: um professor carioca vivendo numa oca

Autor(es): Josué Rodrigues Nogueira Junior

Resumo: O objetivo dessa apresentação é exteriorizar a experiência de três anos atuando como Diretor de uma escola indígena situada na Terra Indígena Parabubu're, território do povo A'uwe Uptabi, na Aldeia Eteipó're. Trata-se também de uma necessidade de trazer reflexão acerca das realidades das escolas situadas em aldeamentos indígenas. O professor, enquanto educador deve ter em mente que a relação em sala de aula deve ser dialética e em algumas vezes dialógica, sem se apresentar como detentor de todo saber e sim como mediador de conhecimento. Essa afirmação, que muitas vezes pode nos parecer cheia de utopia, faz-se completamente necessária quando se está atuando em uma cultura diferenciada das operantes nas grandes capitais e no que entendemos como escola rural. A questão que se apresentou ao longo dos três anos escaqueirava-se em inúmeras políticas públicas que se faziam necessárias. O corpo docente teve que buscar formas para combater elementos nocivos e destrutivos trazidos pelo encontro com o waradzu, o homem não indígena, no que se refere a permanência da cultura. Buscando o fortalecimento cultural e ansiando por um ensino diferenciado que não fosse imposto, mas construído pela comunidade A'uwe Uptabi a comunidade escolar passou a sonhar juntamente com a direção. A partir daí, deram-se as intervenções que resultariam inclusive na construção de um Projeto Político Pedagógico onde uma horta para resgate de alimentos perdidos e um Centro Cultural e Artístico impuseram-se como o caminho. Porém, nada seria possível sem o mergulhar antropológico e a inserção no universo do indígena xavante, possibilitando uma relação dialética/ dialógica em sala de aula. Para poder ensinar e gerir a escola, o Diretor deixou-se levar e com os indígenas xavantes descobriu ser um "Aiho'ubuni" do povo A'uwe Uptabi. A partir daquele momento ele estava saindo do tablado que seu lugar de "professor" e "homem branco" e posicionava-se para trocar experiências e assim se tornar de fato, um educador. O Diretor se tornou para eles "Um Professor Carioca Vivendo Numa Oca" mas ele passou a compreender o que de fato é ser um Educador. Não existe a conjugação do verbo educar, sem antes conjugar, o verbo aprender. Ele segue aprendendo.

QUE EDUCAÇÃO PARA QUE PAÍS: as percepções sobre a avaliação

Autor(es): Alesandra Maia Lima Alves; Elita Betania de Andrade Martins; Denise Rangel

Resumo: O presente trabalho tem a finalidade de apresentar resultados parciais da pesquisa intitulada “Que educação para que país: uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola”, vinculada ao Grupo de Estudo Sistema de Ensino (GESE\UFJF). O objetivo principal da pesquisa é identificar possíveis transformações nas práticas docentes e gestoras, reconhecidas pelos profissionais da rede pública de MG como decorrentes das atuais políticas educacionais. Consideramos que pesquisar políticas públicas em educação pressupõe reconhecer que elas resultam de um jogo de forças presentes num contexto histórico, social, econômico e cultural com suas intencionalidades. Para compreender esse jogo, optou-se por uma abordagem metodológica denominada Ciclo de Política, formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por seus colaboradores (Bowe, Ball e Gold, 1992), que consiste em investigar os processos pelos quais as políticas educacionais são formadas, implementadas e experimentadas. Como uma primeira ação da pesquisa, aplicamos um questionário para 46 profissionais atuantes em escolas públicas de Juiz de Fora, os quais responderam questões referentes a vários temas ligados às políticas educacionais, podendo se destacar as ligadas a avaliação. Das respostas, 72,5% indicaram as avaliações externas como uma das políticas educacionais alvo de discussões na escola, 37,5% afirmam que avaliações externas influenciam no seu planejamento pedagógico e 35% apenas em parte, sendo importante destacar que quando questionados sobre o melhor o significado de qualidade em educação, 62,5% escolheram a alternativa “Formação ampla, luta pelos direitos de cidadania e emancipação social”. Essas resposta indicam, inicialmente, que as avaliações externas influenciam no cotidiano escolar. Tais temas nos servirão como orientação de aspectos a serem abordados nas entrevistas a serem desenvolvidas em etapa posterior.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ARTE EDUCAÇÃO: IMPACTOS COGNITIVOS E PSICOMOTORES A PARTIR DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE ARTES

Autor(es): Karine Teixeira Gomes

Resumo: Diante do reconhecimento da arte educação como conteúdo fundamental para o desenvolvimento cognitivo e da inserção da arte como disciplina obrigatória no espaço escolar com a Lei 9394/96, o presente trabalho tem como objetivo apontar os impactos da arteeducação no desenvolvimento cognitivo e psicomotor em alunos do ensino regular e com transtornos de aprendizado. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa de metodologia bibliográfica de cunho qualitativo. Como aporte teórico para fundamentar as discussões recorreremos à Constallat (1985), Barbosa (2008), Alves (2008), entre outros. O problema aqui exposto visa responder de que maneira os avanços no reconhecimento da arteeducação como conteúdo obrigatório, auxiliam no desenvolvimento cognitivo e psicomotor dos alunos que entram em contato com tais atividades na escola. Através de estudos de casos, na análise dos dados foi observado que embora políticas educacionais tenham assegurado a obrigatoriedade do ensino de artes na educação básica, infelizmente isto não assegurou que a disciplina funcionasse efetivamente, uma vez que o tempo concedido pelas diretrizes educacionais para trabalhá-la na escola se mostra curto; o recurso material fornecido às instituições, escasso; e a formação de professores com licenciatura na área lecionando a disciplina, ainda muito pequena. Como resultado da pesquisa, foi possível constatar que onde a arteeducação funciona de acordo com o que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a mesma opera como reabilitadora de funções cognitivas e motoras em alunos com transtornos de aprendizado, e nos que não apresentam os mesmos problemas, como forma de prevenir que estes surjam. Foi observado ainda, que durante as atividades em arteeducação é possível a alunos com transtornos mentais, expressar oralmente o que não conseguem durante atividades escritas. Desta maneira endossamos a relevância da manutenção de políticas que mantenham a obrigatoriedade da arteeducação dentro dos espaços educacionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM OLHAR MULTIDIMENSIONAL EM DUAS EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RJ)

Autor(es): Gisele Bastos Tavares Duque; Luciana Ferreira Cortes

Resumo: As políticas públicas de educação em tempo integral encontram-se presente na agenda de discussão dos variados municípios brasileiros. Certos desta crescente temática no atual cenário educacional, entendemos que a problematização das diferentes políticas se faz necessária frente às diferentes formas de sua materialização. Nesta perspectiva, trazemos, neste presente ensaio, um diálogo entre duas práticas de educação em tempo integral desenvolvidas pelos municípios de Mesquita e Rio de Janeiro, partindo do pressuposto de que a socialização das experiências, em destaque, muito pode contribuir para reflexões voltadas para políticas públicas de educação em tempo integral e na busca por um formação humana mais completa aos sujeitos desse processo. Desse modo, inserimo-nos no eixo “Políticas Públicas Educacionais” visando ampliar as problematizações voltadas para a gestão e avaliação das políticas no campo da educação. Convém sinalizar que, para este trabalho, realizamos um recorte das pesquisas de mestrado em educação, em andamento, do Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO), a saber: “Currículo integrado em uma proposta de educação integral em tempo integral: entre o escrito e o vivido” e “Ginásio Carioca: um olhar para a educação em tempo integral no município do Rio de Janeiro”. Destacamos, em tempo, que, enquanto procedimento metodológico, nos alicerçamos na análise documental dos ordenamentos normativos que embasam as políticas de educação em tempo integral dos referidos municípios bem como na pesquisa bibliográfica com teóricos de referência nas temáticas da educação integral, educação em tempo integral e política pública educacional. A partir do exposto, propomos como estruturação do trabalho a divisão em dois blocos, sendo o primeiro referente ao município de Mesquita e o segundo com relação à cidade do Rio de Janeiro – lócus caracterizador de cada política municipal – e, como desfecho, um quadro comparativo no qual as políticas apresentarão os compassos e descompassos identificados nas análises oportunizadas.

Resumos aprovados para o GT de Avaliação Educacional

Dia: 19/01

Hora: 14h às 17h

AVALIACAO DO PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES: diferentes vozes por uma politica nacional de formação

Autor(es): Cassia do Carmo Pires Fernandes; Beatriz de Basto Teixeira

Resumo: O presente trabalho integra uma tese de doutorado, concluída em 2015, e tem por objetivo apresentar uma avaliação de resultados e efeitos do Curso de especialização em Gestão Escolar do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (PNEGEB), considerando três dimensões: quem elabora (Ministério da Educação), quem implementa (Universidade Federal de Viçosa UFV) e os beneficiários (egressos). Como ponto de partida, a premissa foi de que a formação de gestores provoca mudanças na gestão escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação pública. Na metodologia foram utilizadas de forma associada as abordagens qualitativa e quantitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com um Gestor do MEC, uma Gestora do Grupo de Trabalho Interinstitucional do Programa, uma Gestora da UFV e cinco diretoras de escolas de escolas. Além das entrevistas foi realizado um survey online com 102 egressos. As análises dos dados foram viabilizadas pelo método de análise de conteúdo e por procedimentos estatísticos, sendo balizadas pela Abordagem do Ciclo de Políticas como o modelo teórico-metodológico. A partir das apreciações empreendidas, é possível confirmar a hipótese de que os resultados e efeitos positivos do Curso são expressos num processo formativo de qualidade e que pode incidir sobre o desenvolvimento de uma gestão escolar democrática, segundo seus egressos. Além disso, cabe sugerir a institucionalização da avaliação de políticas educacionais e apontar alguns elementos para uma política nacional de formação de gestores escolares no Brasil. Contudo, no que tange às perspectivas, paira a insegurança quanto à continuidade do Programa, por ser uma iniciativa de governo. Em síntese, não se pretendeu desenvolver uma avaliação restrita ao alcance, ou não, dos objetivos propostos no texto da política. A importância desta pesquisa reside na busca pelo entendimento dos efeitos do Curso de Gestão Escolar do PNEGEB, esperados ou não, e na compreensão da dinâmica alcançada na formação dos gestores escolares.

AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES COMUNICATIVAS E DE LINGUAGEM DE ALUNOS SURDOS USUÁRIOS DE IMPLANTE COCLEAR

Autor(es): Ana Claudia Tenor

Resumo: O desenvolvimento de linguagem de crianças surdas é um tema que vem sendo debatido por pesquisadores da área. Com o advento da tecnologia assistiva, como o implante coclear as discussões tem se ampliado. O objetivo deste estudo foi avaliar as habilidades comunicativas e de linguagem do aluno surdo usuário de implante coclear incluído no ensino regular. Foi aplicado em cinco alunos surdos na faixa etária de sete a doze anos o Protocolo de Avaliação das Habilidades Comunicativas e de Linguagem de Crianças Surdas Reduzido (PIFFCs reduzido) adaptado por Barbosa e Lichtig (2014). O protocolo é dividido em três partes, possibilitando avaliar: a interação entre examinador e criança, as modalidades de comunicação usadas pelas crianças por meio de estímulos visuais específicos (história em sequência e nomeação de figuras) e a complexidade linguística segundo as fases de desenvolvimento de linguagem descritas por Quadros (1997). Os alunos surdos apresentaram habilidades e especificidades linguísticas variadas. Observou-se que apesar desses alunos fazerem uso de implante coclear não apresentavam o domínio da língua oral e estavam em fase inicial de desenvolvimento da Língua de Sinais. Os resultados sugeriram que o ensino da Língua de Sinais no contexto educacional inclusivo possibilitaria maior acesso a comunicação aos alunos surdos, sendo importante dialogar junto aos gestores e professores a respeito da necessidade de implementação de um projeto educacional bilíngue direcionado a esses alunos.

APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA BIMESTRAL – SAERJINHO

Autor(es): Sandra Regina Albuquerque de Almeida; Luisa Vilardi

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo estudar a apropriação dos resultados do Sistema de Avaliação Externa bimestral – Saerjinho pelos gestores e professores em cinco escolas da Regional Metropolitana III. O Saerjinho é uma avaliação externa diagnóstica bimestral da rede estadual do Rio de Janeiro implementada em 2011 e busca ser uma ferramenta de diagnóstico da educação. A escolha deste tema de pesquisa se deu em função da autora deste trabalho atuar como Coordenadora de Avaliação e Acompanhamento nas escolas estaduais da área de abrangência da Diretoria Regional Metropolitana III da SEEDUC/RJ. O problema de pesquisa definido para este estudo foi: Como os gestores e professores de cinco escolas estaduais de ensino médio da Regional Metropolitana III se apropriam dos resultados do Saerjinho? Para buscar compreender essa questão utilizamos como metodologia de pesquisa o estudo de caso qualitativo e como instrumentos de pesquisa questionários tipo Likert aplicado aos gestores e aos professores de Língua Portuguesa e Matemática das cinco escolas. O critério de seleção das escolas foi baseado no alcance das metas, ou seja, foram selecionadas aquelas escolas da Regional Metropolitana III que alcançaram as metas estabelecidas no SAERJINHO. Os resultados encontrados apontaram que: apesar de ser sido uma política implementada de cima para baixo, os professores apresentaram uma baixa taxa de rejeição a esta política; os resultados dessa avaliação influencia o trabalho pedagógico na escola, apesar de não ter sido considerado um instrumento de diagnóstico do aprendizado dos alunos. Quanto aos gestores foi identificado que eles têm procurado levar a discussão sobre o Saerjinho para a escola e, principalmente, utilizam os resultados desta avaliação para repensar e organizar a sua prática na escola. Frente a esses resultados, construímos um Plano de Ação Educacional com duas ações, a saber: i) proposta de implementação de planejamentos semanais nas Unidades Escolares onde os professores elaborem planos de trabalho, levando em consideração os resultados do SAERJINHO e ii) encaminhar para a SEEDUC a criação da Oficina de Estudos das Avaliações Externas. Conclui-se que a apropriação dos resultados do Saerjinho enfrenta desafios para penetrar na cultura escolar e constituir-se como prática reflexiva para o aprimoramento da prática docente.

ETNOGRAFIA NAS ESCOLAS: a gestão e o lugar do processo de ensino-aprendizagem

Autor(es): Clara de Assunção Azevedo; Ana Luiza Mendes Borges; Erica Peçanha

Resumo: A pesquisa Etnografia nas escolas vem sendo realizada desde setembro/2015 nos estados de Goiás, Ceará, Espírito Santo e Piauí, em escolas públicas de Ensino Médio que participam da avaliação de impacto do Projeto Jovem de Futuro, realizado pelo Instituto Unibanco em conjunto com as secretarias de educação. A pesquisa de campo ocorreu em 16 escolas, quatro de cada estado, sendo que nos dois primeiros os dados colhidos já foram analisados, e nos outros dois (ES e PI) ainda estão em processo de análise, a ser finalizado até março/2017. O objetivo geral é identificar e analisar aspectos e dinâmicas das escolas a partir do perfil e da atuação do corpo gestor, seus campos relacionais, práticas e o lugar atribuído ao processo de ensino-aprendizagem. Entre as expectativas, espera-se apreender como se estruturam os diferentes papéis sociais que a instituição escolar suscita, como se efetivam as interações entre os atores sociais que vivenciam o cotidiano da escola e os arranjos singulares produzidos por eles; identificando o contexto em que a escola está inserida, as regras (formais e não formais), os marcadores sociais em operação e os processos de produção de desigualdades instaurados. Inspirada pelo método etnográfico, a pesquisa contou com uma dupla de pesquisadores por escola que permaneceu por, pelo menos, 20 dias em cada unidade, cobrindo todos os turnos e dias da semana. Além da observação participante e de conversas informais, foram realizadas entrevistas e rodas de conversa com jovens, professores, diretores, coordenadores, técnicos das regionais e das secretarias estaduais de educação. Os resultados preliminares revelam a dificuldade, do ponto de vista da gestão, de estabelecer ações que prezem pela participação, equidade, respeito à diversidade e inovação. A orientação para resultados aparece como um valor fortemente presente, entretanto, na maioria dos casos, visa apenas à melhoria de indicadores educacionais e não necessariamente a garantia efetiva da aprendizagem dos alunos. Mesmo que as questões pedagógicas tenham atenção por parte da gestão, ainda são poucas as escolas que dão prioridade a elas na prática cotidiana. Entretanto, acredita-se ser necessário sair de uma perspectiva que tende mais à culpabilização dos gestores pelos problemas da escola do que à compreensão dos desafios existentes e das necessidades que permeiam o trabalho dos gestores.

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS (SAEGO): análise e apontamentos

Autor(es): Mateus Momenté Alves; Wenceslau Gonçalves Neto

Resumo: A temática Gestão e Avaliação da Educação Pública tem sido alvo de discussões no âmbito das políticas públicas dos diversos sistemas de ensino na busca de uma educação de qualidade. Este trabalho busca identificar, analisar e compreender os impactos do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) na proficiência dos estudantes do ensino médio de um colégio público estadual no interior de Goiás; bem como se dão os mecanismos de gestão e práticas docentes no processo ensino-aprendizagem. Foram adotadas as pesquisas bibliográfica e documental, com abordagem, quali-quantitativa, buscando acompanhar o desempenho dos alunos e a dinâmica avaliativa no espaço de 5 anos. A investigação está estruturada em 3 procedimentos elementares, desdobráveis: Diagnóstico inicial; Levantamento de dados; Análise e interpretação dos dados. Os pressupostos teóricos estão embasados em Freitas (2007), Dourado e Oliveira (2009), Libâneo (2013), Goiás (2013), além de outros autores e documentos publicados pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás e também do Ministério da Educação. Preliminarmente a pesquisa tem apontado: ausência de transparência de preparação e de análise dos resultados das avaliações; proximidade de método e conteúdos com a Prova Brasil, podendo assim, o SAEGO, ser considerado como um processo preparatório para a Prova Brasil; dificuldade de acesso aos resultados por parte dos profissionais da escola; os resultados dos questionários socioculturais não aparecem na composição do resultado final da avaliação. Dessa forma, espera-se contribuir com críticas e sugestões para que o estado de Goiás reestruture e aperfeiçoe o SAEGO.

A GESTÃO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM OS RESULTADOS DE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS DO SPAECE: um estudo de caso em uma escola pública regular do Ceará.

Autor(es): Ana Paula Pequeno Matos; Luisa Gomes de Almeida de Vilardi.

Resumo: Enquanto ferramenta de Gestão por Resultados, as avaliações externas têm, desde 1990, ganhado expressividade nos sistemas educacionais, a partir do qual se entrelaçam no fazer didático, o binômio sucesso e fracasso escolares. O foco deste trabalho concentra-se no Sistema Permanente de Avaliação das Escolas Públicas do Ceará SPAECE e suas implicações no universo escolar, contribuindo para a consolidação da cultura avaliativa enquanto geradora de subsídios para a promoção da qualidade e da equidade do sistema educativo. A apropriação dos resultados do SPAECE e sua tradução em ações pedagógicas que conduzam à aprendizagem significativa dos estudantes é um desafio presente no labor dos gestores escolares, os quais devem criar condições propícias à formação docente continuada e ao fortalecimento da cultura da avaliação na unidade educacional, a fim de que os dados gerados nas avaliações em larga escala assumam o status de ferramentas de suporte para o planejamento de rotinas de aprendizagem. Desta forma, este trabalho, de natureza qualitativa, tem como objetivo geral analisar os resultados de uma escola regular de Ensino Médio, pertencente à rede estadual de ensino do estado do Ceará e, suas implicações para a Gestão, captando elementos que possam ser utilizados para a reflexão sobre a melhoria das práticas de gestão pedagógica e de resultados. Para tanto prevê a coleta de dados através de pesquisas documentais e registros em arquivos disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará SEDUC, a partir do recorte geográfico para a cidade de Fortaleza, posteriormente submetido à aplicação de critérios relativos à modalidade de ensino, tempo de atuação do gestor, participação em programas da SEDUC com aporte financeiro e métrica vinculada ao desempenho no SPAECE. Tais critérios irão permitir analisar uma escola cujos desempenhos em Português e Matemática são mais equilibrados. Os dados preliminares da pesquisa demonstram que a escola em questão tem apresentado crescimento nos resultados do SPAECE, em Língua Portuguesa e Matemática, acima da média estadual. Entretanto, permanece distante dos padrões satisfatórios de desempenho nesta avaliação.

Palavras-chave: Apropriação de Resultados; Avaliação em Larga escala; Gestão para Resultados

AVALIAÇÃO ESCOLAR E LINGUAGEM CARTOGRÁFICA

Autor(es): André Gomes da Conceição

Resumo: Neste trabalho tenho por objetivo demonstrar a avaliação do processo de ensino/aprendizagem nas aulas de geografia de turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Construí com os estudantes uma maquete baseada em mapa hipsométrico (mapa de cotas de altitudes). A altitude que o mapa demonstra, por intermédio de uma linguagem cartográfica, plana e bidimensional, a qual exige grande poder de abstração para ser entendida, se redefiniu em forma tridimensional e concreta, facilitando as inferências por parte dos leitores do mapa. Verifiquei que as interpretações sobre o mesmo lugar mapeado tornaram-se mais ricas e conceitos essenciais sobre o espaço puderam ser discutidos com maior objetividade, permitindo uma avaliação do processo ensino/aprendizagem por meio de elementos mais eficazes e que não necessitaram da língua portuguesa escrita como meio de demonstração daquilo o que foi apreendido. Para Bourdieu (2014, p.45) a escola “fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” e, a língua escolar, é uma “língua materna para as crianças oriundas das classes cultas”, apenas. Assim, tornou-se mister apresentar linguagens alternativas ou não formais aos estudantes/trabalhadores, para que lhes favoreça a apropriação do conhecimento que lhes é negado, contraditoriamente, nas instituições de ensino. Dessa forma, considerando que os estudantes de EJA são, em larga medida, aqueles que retornam à escola que os excluiu por razões diversas, entre elas a utilização de instrumentos de avaliação que reprovam e excluem aqueles que não dominam a língua das classes dominantes, defendo os argumentos de Arroyo (2006, p.44), o qual afirma que “a superação de estruturas e lógicas seletivas, hierárquicas, rígidas, gradeadas e disciplinares de organizar e gerir os direitos ao conhecimento e à cultura é uma das áreas de inovações tidas como inadiáveis”.

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE GESTÃO EDUCACIONAL I

Dia: 19/01

Hora: 14h às 17h

GESTÃO DEMOCRÁTICA: o legado do movimento de ocupação das escolas de ensino médio na rede Faetec

Autor(es): Crystiane Alves Cavalcante

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo dialogar e problematizar, no sentido freiriano, sobre o movimento de ocupação das escolas de Ensino Médio realizado pelos(as) estudantes e a gestão educacional. Trata-se de uma metodologia de pesquisa ação a qual busca compreender as possíveis contribuições desse movimento para a democratização da gestão escolar enfocando o caso específico de uma escola técnica estadual do Rio de Janeiro. Tal ação de protesto, iniciado na rede pública estadual paulista, expandiu-se para outros estados brasileiros, entre eles o estado do Rio de Janeiro. Um dos aspectos a serem destacados é a diversidade das reivindicações estudantis, que variavam de um estado para outro, mas que se unificavam na pauta em defesa da educação pública. Outra característica importante é que algumas escolas que oferecem Ensino Médio Integrado a Educação Profissional também foram ocupadas. No Rio de Janeiro, a maioria das unidades escolares pertencentes à rede de ensino da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas (FAETEC) foram ocupadas por seus alunos/as em apoio à greve dos/as profissionais de ensino. Durante o período de ocupação, os/as estudantes organizaram diversos tipos de atividades: culturais, pedagógicas e de autorganização, como às rotinas de limpeza, segurança do ambiente, preparo das refeições, comunicação na internet e outras. Destaca-se que suas trajetórias, práticas e experiências são de grande valia frente ao processo de gestão democrática e vice-versa.

A gestão democrática nos aponta uma nova possibilidade de gerir o fazer educativo na escola, alicerçado em uma prática coletiva e processual de cunho emancipatório. Nesse sentido, o movimento “Ocupa Escola” requer um olhar especial por parte de toda a sociedade e, principalmente, por parte dos/as educadores/as, por isso, tal temática tem sido abordada nas reuniões pedagógicas na escola onde atuo como Supervisora Educacional. Na Rede FAETEC, um dos legados do movimento foi a implementação do conselho escolar e a eleição dos conselheiros. Como referencial teórico utilizaremos autores como Freire, Gadotti, Paro, Dayrell e Carrano. Em um contexto no qual os ataques aos direitos sociais visando a retirada dessas conquistas tomam força, o movimento de ocupação das escolas e universidades protagonizado pelos/as estudantes é um instrumento de luta legítimo.

EJA E GESTÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Autor(es): Crystiane Alves Cavalcante

Resumo: O presente trabalho é fruto da pesquisa empreendida para conclusão do curso pós graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como objetivo buscou identificar as relações existentes entre o cotidiano da EJA e a gestão escolar visando compreender como se realizava a gestão nessa modalidade de ensino, suas dificuldades e possibilidades a fim de alcançar uma educação que promova cidadania. O problema da pesquisa tinha como interesse compreender como se estabelecia a gestão educacional na escola pública com a modalidade EJA. Como metodologia foi realizado um estudo de caso em uma escola pública do município de Duque de Caxias com Educação de Jovens e Adultos. Foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo dividida em duas etapas: entrevistas e discussão com o grupo focal. Com relação à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas a partir de questionário semiestruturado. A discussão com o grupo focal foi realizada com alunos da EJA a partir de temáticas pré definidas, a saber: infraestrutura; horários; merenda; participação (na tomada de decisões da escola); organização estudantil; eleição de diretores. O grupo focal foi composto por uma turma das etapas iniciais da EJA de uma das 48 escolas que possui essa modalidade de ensino no município. A turma possuía 15 alunos frequentando regularmente às aulas, 12 mulheres e 3 homens, sendo um adolescente. Os educandos foram convidados a falar sobre os temas mencionados e foi observado que tinham muitas críticas à organização da escola e se sentiam excluídos dos processos de tomada de decisões. Para superar tal situação e propiciar uma ampla participação de todos os segmentos da escola nos processos decisórios, faz-se salutar a superação do atual modelo de gestão escolar, tradicionalmente baseado no autoritarismo, pela gestão democrática. Nesse contexto, a elaboração e a implementação do Projeto Políticopedagógico tornam-se um fator estratégico para a consolidação da gestão democrática nas escolas públicas, inclusive, contemplando a reflexão sobre as especificidades da Educação de Jovens e Adultos. Como referencial teórico foram utilizados autores que pesquisam sobre EJA, tais como Freire; sobre Gestão e organização escolar Paro, Gadotti, Romão, Luck e Libâneo e sobre Projétopolítico Pedagógico, Veiga e Vasconcellos.

GESTÃO EDUCACIONAL EM REDES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Autor(es): Andreia Martins de Oliveira Santo; Andrea Paula de Souza Waldhelm; Marcelo da Silva Machado

Resumo: As políticas de descentralização e municipalização do Ensino Fundamental trouxeram desafios para os municípios brasileiros, tornando-se oportuno um estudo sobre redes municipais de educação, já que as mesmas absorveram o maior quantitativo de matrículas para esta etapa de ensino. Neste trabalho, são apresentados os critérios utilizados e o processo de seleção dos municípios escolhidos para os estudos de caso, parte do material empírico para a pesquisa “Qualidade da Educação nas Redes Municipais de Ensino do Estado do Rio de Janeiro”. Para a seleção das redes de ensino foram considerando, inicialmente, os conceitos de qualidade e equidade. Para operacionalizar o conceito de qualidade, a principal referência foi a proficiência média dos alunos de 5º ano na avaliação de Matemática da Prova Brasil de 2011, resultado mais recente disponível à época. Para o estudo de equidade, foi considerada a perspectiva de que uma rede que promove equidade é aquela com um maior número de alunos com aprendizado adequado ou avançado, segundo matriz de referência do SAEB. Assim, a primeira etapa da seleção consistiu em um estudo dos resultados de proficiência dos alunos na referida edição da Prova Brasil, buscando identificar as redes que promoviam, dentro dos critérios já mencionados, qualidade e equidade. O passo seguinte foi identificar as redes cujos municípios teriam sido criados depois de 1995, considerando a relevância de estudar redes de ensino que, em princípio, tivessem alguma cultura institucional já estabelecida. Foi considerado, também, que o background familiar exerce grande influência sobre o desempenho escolar. Assim, foi construído um indicador de nível socioeconômico (NSE) dos estudantes, a partir do questionário contextual da Prova Brasil. A partir daí, foram utilizados como critérios o número de matrículas no Ensino Fundamental em 2011 (mais de 20.000) e a distribuição das redes municipais em diferentes regiões do estado. Dessa forma, se chegou às três secretarias municipais de educação selecionadas para a pesquisa qualitativa que veio complementar o material empírico da pesquisa.

CONTANDO HISTÓRIAS E TECENDO DESAFIOS: a atuação da gestão numa escola de tempo integral

Autor(es): Carla Silva Machado; Priscila Fernandes Sant'Anna

Resumo: Pretende-se apresentar o esboço de um relato de experiências vivenciadas em uma escola de Tempo Integral, de uma cidade do interior de Minas Gerais. Nosso objetivo é discutir a contribuição da gestão escolar para a promoção das atividades escolares da unidade analisada, numa concepção pautada nas ideias de Educação Integral (BRASIL, 2009). Conceitos como os de autonomia e responsabilização (LÜCK, 2000) emergem dos discursos e das práticas das gestoras da escola como estratégias para que os projetos oferecidos no contraturno possam transcorrer de acordo com o planejamento dos professores e atendendo às necessidades dos alunos, conforme a orientação do Projeto Político Pedagógico da instituição. Faz-se necessário elucidar que esta escola municipal funciona na modalidade de Tempo Integral desde 2008, em atendimento ao previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, na Seção III, artigo 34º, parágrafo 2º, cuja orientação é a ampliação progressiva do período de permanência do aluno na escola. Esta é uma entre as cinco escolas que funcionam em Tempo Integral em consonância às diretrizes da política de Tempo Integral da Secretaria de Educação do município. Atualmente, no contraturno, a escola oferece, diariamente, diferentes projetos interdisciplinares, ministrados por professores efetivos e contratados. A partir do olhar de uma professora da escola e de uma pesquisadora que realiza seus estudos de doutorado no projeto Contadores de Histórias, um dos oferecidos pela instituição, observou-se alguns desafios enfrentados no cotidiano escolar no que tange à falta de material pedagógico, de espaço físico, de equipamentos, além de dificuldades no gerenciamento pedagógico das atividades realizadas nos diferentes projetos. Na apresentação deste trabalho, propomo-nos a apresentar as estratégias encontradas pela gestão para lidar com tais desafios.

POLÍTICAS GERENCIAIS E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE ESTADUAL FLUMINENSE

Autor(es): Helio Alves Ribeiro; Flavia da Conceição Ramos Fernandes

Resumo: O termo em moda na educação é qualidade, a retórica dos diversos segmentos sociais demonstra tal fato quando convergem, especialmente na educação básica, para a necessidade de promover uma educação pública com qualidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar qual conceito de qualidade a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) vem operando em seu projeto educativo. Nesse sentido, pretende-se a partir da análise histórica e documental, examinar como o tema adquiriu centralidade nos discursos sobre educação pública, assim como analisar quais segmentos da sociedade constroem e difundem os fundamentos norteadores do conceito de qualidade da educação. A pesquisa revelou que a forma de avaliar a qualidade da educação é concebida de acordo com os pressupostos teóricos adotados e que, na atualidade, constata-se dois projetos dicotômicos sobre qualidade da educação. De um lado o projeto da qualidade social, defendida pelos movimentos dos educadores e, do outro o programa de qualidade total, dos reformadores empresariais da educação (FREITAS, 2012). Na SEEDUC observou-se a intensificação de práticas e conceitos alinhados à qualidade total, introduzindo, enfaticamente, os conceitos de eficiência, produtividade, mensuração de resultados, hierarquização, ou seja, um conjunto de instrumentos historicamente associados ao ambiente mercantil (TEDESCO; REBELATTO, 2015). Conclui-se que, a partir de 2000, com a implementação do extinto Programa Nova Escola, a SEEDUC vem incorporando a ideologia empresarial, inserindo novos modelos de gestão, atualmente materializados, por exemplo, pela Gestão Integrada da Escola e pelos sistemas de bonificação e de metas. Deste modo, compreendemos que o estudo aqui proposto, nos permite aprofundar a reflexão acerca dos objetivos da educação pública, assim como, compreender o projeto de escola almejado para a formação plena de sujeitos ativos e participativos em sua comunidade escolar e na sociedade como um todo. FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.

OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NOS SISTEMAS DE ENSINO.

Autor(es): Leandro Oliveira da Silva

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa de mestrado em andamento e consiste em uma investigação sobre as diretrizes nacionais para a regulamentação dos Conselhos Municipais de Educação, na perspectiva da gestão democrática do ensino público. Trata-se de uma pesquisa histórica, bibliográfica e documental, cujo objetivo é analisar as diretrizes emanadas da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e dos Planos Nacionais de Educação de 2001 e de 2014, com a finalidade de observar os limites e as possibilidades constantes nos dispositivos legais que servem de matriz jurídica para o desenvolvimento das legislações municipais de regulamentação de seus conselhos de educação na concepção da gestão democrática dos sistemas de ensino. A relevância desse estudo se estabelece na medida em que esses colegiados se constituem como órgãos públicos de pactuação de compromissos educacionais, tendo por atribuição fundamental a responsabilidade de ecoar as vozes dos diversos segmentos diretamente interessados e implicados com a democratização do ensino público. Como procedimento metodológico, primeiramente foi construído um mapa conceitual a partir do referencial teórico de Norberto Bobbio e estabelecida a relação com a perspectiva da gestão democrática operada a partir dos conselhos de educação. Posteriormente, os dados foram obtidos mediante investigação das legislações, onde foram analisadas as diretrizes emanadas dos dispositivos legais que instrumentalizam a estruturação dos sistemas de ensino sob a perspectiva da gestão democrática, especificamente na referência que estabelecem com a criação e funcionamento dos seus respectivos conselhos de educação. Concluiu-se que a normatização estabelecida a partir dos textos legais possui um caráter fortemente declaratório do princípio da gestão democrática como elemento fundamental a ser observado na estruturação dos sistemas de ensino. Todavia, a regulamentação se apresenta deficitária da enunciação de elementos estruturais que assegurem a vinculação do princípio fundamental da regra ao conteúdo prático do ordenamento jurídico que o materialize, portanto, dispondo de frágeis elementos endógenos ao texto com poder coercitivo suficiente para fazer obter o respeito ao fundamento, condicionando sua implementação a um conjunto de variáveis externas ao princípio legal.

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO: EFETIVIDADE OU IDEOLOGIA?

Autor(es): Simone Silva Cunha

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a evolução do conceito de gestão escolar democrática e o novo olhar que se tem dado a esta área, tão discutida atualmente. A gestão escolar democrática, principalmente em instituições de ensino público, tem como princípio a melhoria da escola no sentido administrativo, social, pedagógico, de relacionamento que até então não se dava tanta importância. Nesse sentido, a motivação para a realização desta pesquisa foi a primeira eleição para gestor escolar na Rede Municipal de Duque de Caxias (RJ) em 2015. Foram escolhidas duas escolas para a pesquisa de campo, onde foi analisado como ocorreu o processo de eleição e o trabalho realizado pelas gestoras eleitas em três trimestres de 2016. Como metodologia foram realizadas observações e entrevistas com a equipe pedagógica e docentes das duas escolas pesquisadas. Para fundamentação teórica autores como Bonamino, Polon e Lück nos auxiliaram nas discussões apresentadas. Os resultados da pesquisa apontaram, principalmente, para três sentidos: (1) a importância por parte das equipes gestoras em serem o elo principal de ligação entre escola/aluno/professor/família/comunidade e assim superar as possíveis dificuldades e melhorar a qualidade de ensino; (2) ausência de autonomia da escola e das gestoras frente às demandas exigidas pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e (3) a influência de avaliações externas que influenciam práxis não democráticas das gestoras frente ao corpo docente. As conclusões deste estudo buscam ressaltar o quanto é relevante repensarmos os conceitos de gestão e democracia.

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE GESTÃO EDUCACIONAL II

Dia: 19/01

Hora: 14h às 17h

ANÁLISE DA TENDÊNCIA E CENÁRIO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA SOB A PERSPECTIVA DAS REDES DE GESTÃO DEPARTAMENTAL

Autor(es): Alana Mara Santos dos Anjos Ferreira; César Barbosa; Adonias Magdiel Silva Ferreira

Resumo: Esse trabalho propõe-se analisar a evolução e perfil estudantil da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) sob a perspectiva das Redes de Gestão Departamental (RGD's). O objetivo geral é traçar um panorama estatístico descritivo e comparativo das variáveis caracterizantes dos discentes do ensino superior presencial, localizados nas sete RGD's. A questão propulsora do estudo sintetiza-se na seguinte pergunta: Será que os perfis estudantis dos campi da UNEB, nos anos de 2014-2015, sob a perspectiva das RGD's, exigem ações diferenciadas de Assistência Estudantil? O pressuposto da pesquisa aponta que as ações da política de Assistência Estudantil devem considerar a tendência e o cenário estatístico estudantil nas diferentes RGD'S da UNEB. A hipótese básica adotada é que as ações da política de Assistência Estudantil têm uma qualidade maior de decisão quando considera os perfis estudantis das RGD's. A partir do levantamento de dados secundários oficialmente coligidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, concebe-se uma ambiência analítica de discussão sobre a Gestão em Educação Superior. Especificamente, com o suporte das análises multivariadas de dados via um programa estatístico computacional, a priori é feita uma análise exploratória dos dados, através de cálculos de medidas resumos e elaboração de gráficos. E em seguida, faz-se um estudo comparativo das estatísticas mais relevantes para identificação de perfis estudantis pertinentes. Como a pesquisa ainda está em curso, este estudo tem caráter preliminar, mas pretende-se sinalizar indícios de ações estratégicas para a Gestão em Educação, em especial, a Gestão da Política de Assistência e Permanência Estudantil, e assim contribuir para uma discussão sobre as ações institucionais que atendam e fortaleçam a construção de uma política de Assistência e Permanência Estudantil mais condizente com a realidade, além de aumentar a disponibilização de informações para a implantação do "Observatório Estudantil" da UNEB.

CONTRARREFORMA BURGUESA NA GESTÃO DE SISTEMAS PÚBLICOS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Autor(es): Bruno de Oliveira Figueiredo

Resumo: Na atual configuração da luta de classes, podemos evidenciar a crise estrutural do capital e a reação burguesa para a recomposição de sua hegemonia de classe, expressa por amplo processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado. Como dimensão da reforma do Estado brasileiro, o desenvolvimento da “Nova Gestão Pública” ocorre articulado à reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes. Tomando a Educação como dimensão estratégica, o Estado educador aciona sua pedagogia política, educando para o consenso em torno da acumulação flexível, do gerencialismo, de uma “nova” gestão do trabalho escolar, com um trabalhador docente de novo tipo. Diante dessa problemática, estabelecemos como objeto de estudo a pedagogia política renovada do capital nas ações e formulações dos organismos internacionais na disseminação do modelo gerencial na contrarreforma dos sistemas educacionais brasileiros, com foco na Educação Básica. Nosso objetivo é explicar a pedagogia política em sua dinâmica intrínseca ao avanço do modelo gerencial como fundamento para as ações dos governos federal e estaduais nas reformas dos sistemas públicos educacionais no Brasil. Nossa investigação consiste em uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de uma pesquisa documental. Nossa referência empírica está relacionada à contrarreforma estatal e seus desdobramentos na gestão educacional, evidenciando as ações e formulações do Estado brasileiro e dos organismos internacionais. Nossa delimitação tem como referência a influência dos sujeitos políticos coletivos na implantação da “Nova Gestão Pública” nas últimas três décadas. São eles: o Banco Mundial, o Centro LatinoAmericano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e o Ministério da Educação (MEC/Brasil). Em estágio inicial, evidenciamos que, o avanço do modelo gerencial na gestão do trabalho e da produção do serviço público encontra legitimidade na ideologia da ineficiência da gestão pública em aplicar os recursos disponíveis. Com direção significativa dos organismos internacionais, podemos concluir que o impacto do gerencialismo na administração escolar vem estabelecendo nova dinâmica com o aprofundamento de estratégias de controle por resultados e racionalização do trabalho docente e de recursos materiais.

A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO

Autor(es): Ana Luiza Mendes Borges; Isabel Azevedo; Isabela Oliveira

Resumo: A “Pesquisa sobre a função de coordenação pedagógica nas escolas públicas de Ensino Médio” foi realizada entre maio e agosto de 2016 e partiu do questionamento sobre as diversas dimensões do trabalho da coordenação pedagógica, entendido como peça chave para uma gestão escolar bem sucedida e articulada com a comunidade. Foram realizadas pesquisa documental, bibliográfica e diagnóstica sobre a função da coordenação pedagógica no ensino médio público, no território nacional, com destaque para os estados parceiros do Projeto Jovem de Futuro (iniciativa do Instituto Unibanco): Espírito Santo, Goiás, Pará e Piauí, com o objetivo de investigar a estrutura do trabalho do CP nos diferentes estados, identificar as dificuldades enfrentadas por esses profissionais em seus cotidianos e pesquisar os entendimentos que possuem e fazem dos horários coletivos de trabalho. A metodologia adotada contemplou análise documental, com revisão bibliográfica de 34 textos, levantamento legislativo sobre a função de CP dos 26 estados, DF e Governo Federal, somando 488 documentos, e pesquisa de campo, realizada por meio de rodas de conversa e entrevistas com CP, técnicos das Secretarias Estaduais de Educação e diretores e supervisores regionais dos Estados destacados, tendo, ao todo, realizado três rodas e 46 entrevistas. A pesquisa apontou que, apesar de existir certo consenso teórico e conceitual sobre as funções e atribuições do CP –entendido como agente mobilizador e articulador da comunidade escolar, responsável pela formação continuada dos docentes e um dos responsáveis pela construção coletiva do PPP da escola – os desafios enfrentados pelo cargo se desdobraram ao longo das últimas três décadas em torno das mesmas questões. As dificuldades encontradas na efetivação da função no Ensino Médio, o papel e a identidade do CP ainda em construção no Brasil, a significativa falta de uniformidade e diretrizes para a organização dos sistemas escolares estaduais, a ausência de sistemática de participação das diversas instâncias na criação de normativas e o distanciamento entre a prática do CP na escola e o que os documentos registram, foram os principais pontos discutidos. Concluiu-se que em todos os Estados pesquisados, respeitadas as particularidades, é necessário diálogo, reflexão e reconstrução do papel do CP do ponto de vista legislativo, institucional e prático.

A GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL: uma análise na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro

Autor(es): Aline Carla Batista de Laia

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa em nível de especialização sobre a Reforma Gerencial na Educação realizada na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e seus desdobramentos na gestão do trabalho nas escolas de Educação Infantil. A Secretaria Municipal de ensino, desde 2010, vem estabelecendo metas e avaliações externas como instrumentos de medição da qualidade educacional das unidades educacionais de educação infantil sob a justificativa de melhorar o controle dos investimentos realizados. Neste mesmo sentido, a Secretaria criou o Prêmio Anual de Qualidade com o intuito de destacar e premiar algumas destas unidades educacionais. O objetivo da pesquisa que resultou neste artigo foi analisar os desdobramentos da instituição destes novos instrumentos por parte da Secretaria Municipal na gestão do trabalho nas unidades educacionais premiadas. Para coleta de dados utilizou-se de revisão de literatura e análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias, além de entrevistas semiestruturadas com os gestores de três unidades educacionais de Educação Infantil situadas em uma mesma coordenadoria regional de ensino que receberam o Prêmio Anual de Qualidade em 2014. Como referência teórica a pesquisa dialogou com autores como Vitor Henrique Paro (2010) e Jairo Campos dos Santos (2014) que discutem a gestão do trabalho escolar e a gestão gerencialista na educação da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, respectivamente. A pesquisa concluiu que a gestão do trabalho nas três unidades educacionais se adaptou às exigências definidas pela secretaria municipal, reafirmando as estratégias da administração gerencial, contribuindo para a avaliação meritocrática do desempenho das unidades educacionais da rede de ensino do Rio de Janeiro, sem alterar significativamente as condições de trabalho e aprendizagem. Os diretores em questão tornaram-se gestores de uma educação que se expande quantitativamente sem o proporcional crescimento de financiamento, estrutura e formação pedagógica, cumprindo a tarefa histórica de gerenciar unidades educacionais em um contexto de intensificação da precariedade do trabalho escolar.

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE GESTÃO EM EDUCAÇÃO

Autor(es): Clara de Assunção Azevedo; Luis Fernando de Oliveira Saraiva

Resumo: A apresentação tem como objetivo relatar a experiência de modelagem e implantação de um Centro de Documentação sobre Gestão em Educação. A construção de um CEDOC sobre esse tema implicou em uma série de escolhas e também no estabelecimento de processos e métodos que viabilizassem a iniciativa. Com o objetivo de identificar, reunir e disponibilizar conteúdos sobre a temática da Gestão em Educação, a construção deste CEDOC pode ser encarada como uma iniciativa original de disseminar conhecimentos que contribuirão para o fortalecimento desse campo de conhecimento. A forma de abordar o tema proposta pelo projeto tensiona e amplia o senso comum que atrela gestão exclusivamente a processos administrativos e burocráticos. A premissa que orientou o trabalho de identificação, seleção e registro de documentos foi a de estabelecer novas formas de pensar a gestão, de maneira a complexificar seu entendimento. Assim, o conceito de Gestão em Educação, neste CEDOC, é atravessado por diferentes dimensões relacionadas ao campo educacional e contempla das estruturas administrativas à discussão sobre equidade e processos de produção de desigualdades no contexto escolar. A iniciativa, em fase final de implantação para lançamento no início de 2017, exigiu diferentes etapas, práticas e reflexões. Para citar algumas: definição do recorte e criação de uma matriz lógica temática, com seus pressupostos e descritores; desenho da estrutura, dos programas de pesquisa e da operação; construção de critérios, estratégias e metodologias de pesquisa e execução da pesquisa propriamente dita, em ambientes nacionais e internacionais; criação de instrumentais para avaliação e monitoramento contínuo dos processos e resultados; conceituação de um sistema de dados para organizar, indexar e articular, de maneira inteligente, o conjunto de informações coletadas; formação de equipe qualificada e multidisciplinar para implantar a iniciativa; definição de política de acervo, discussão de direitos autorais e construção de vocabulários controlados; entre diversos outros aspectos. Partindo das ações que envolveram esse ambicioso projeto, a apresentação pretende contar em detalhes tanto o processo de modelagem do CEDOC, iniciado em agosto de 2015, como o processo de sua implantação, iniciado em maio de 2016, elencando os maiores desafios, as novidades produzidas, as lições aprendidas e os resultados alcançados

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONTEXTOS ESCOLARES, UMA UTOPIA POSSÍVEL?

Autor(es): Gloria Maria Anselmo de Souza

Resumo: O presente trabalho apresenta o desenvolvimento de um processo de gestão escolar a partir de uma perspectiva dialógica, em construção no contexto de uma escola municipal na cidade de Niterói RJ. A partir da metodologia de estudo de caso buscou-se identificar a materialidade dos princípios de gestão democrática nas relações cotidianas dos diferentes atores sociais que se encontram no espaço escolar. A pesquisa envolveu observação, entrevistas e documentos pedagógicos que ofereceram pistas necessárias para as alternativas adotadas como resultados parciais do processo. Foram ouvidos gestores, professores, responsáveis e estudantes no sentido, de mapear transformações no movimento de administrar uma unidade escolar. Para este fim foi aberto um diálogo com diferentes teóricos a saber: Luiz Fernandes Dourado, Benno Sander, João Batista Bastos, dentre outros. A matriz epistemológica sustentou-se nos estudos de Boaventura de Souza Santos, Adorno e Paulo Freire. Nessa caminhada, descobertas importantes se fizeram presentes e se configuram como resultados parciais da pesquisa. Este estudo trouxe como relevante a iniciativa de busca na realidade concreta o conceito de gestão democrática que surge como um aspecto inovados na legislação dos últimos vinte anos, mas que ainda não se consolidou como prática real nos contextos escolares. A tese traz pistas importantes para os estudiosos que veem se debruçando sobre um tema que precisa ganhar concretude na realidade educacional brasileira. Se considerarmos os avanços tecnológicos, científicos, culturais e sociais que já foram conquistados, não é mais possível pensar uma escola enrijecida por modelos autoritários e conservadores de gestão. Este é o propósito deste trabalho.

GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO SUPERVISOR EDUCACIONAL NO TRIO GESTOR

Autor(es): Cristiane Benites; Josele Teixeira; Micheli Souza

Resumo: Desde a década de 70 inúmeros países tem apontado para a percepção de uma escola onde a gestão escolar seja ressignificada através da composição e integração da chamada “trindade pedagógica gestora” (SANTOS 2012) composta, a priori, pela figura do diretor escolar, coordenador pedagógico e supervisor educacional. Neste sentido este trabalho pretende tencionar uma análise acerca da importância do trio gestor no atual contexto educacional, reafirmando com isso que a tríade entre esses três sujeitos tem o poder de contribuir para um bom e harmônico funcionamento da escola, na medida em que os mesmos podem legitimar o processo de implementação de políticas educacionais; bem como promover uma integração entre a comunidade escolar, criando estratégias metodológicas que promovam um ambiente de aprendizagem significativa para os sujeitos aprendentes, por meio da consolidação do projeto político pedagógico da Instituição, assessorando pedagogicamente os docentes no seu fazer pedagógico e no seu processo de educação continuada. Dessa forma visa-se investigar por meio das concepções teóricas defendidas, todo um aparato teórico que permita dialogar a importância da integração entre o trio gestor com as práticas gestoras das três autoras deste artigo, que perpassa pelos olhares tanto das Instituições públicas quanto das Instituições privadas a que as autoras pertencem. Partindo desses pressupostos, procuramos trazer pistas sobre um trabalho de reflexão desenvolvido no próprio cotidiano. Com isso o presente estudo estará ancorado na relação complementar entre teoria e a prática. Uma vez que ao tornar a nossa prática gestora, enquanto supervisoras educacionais, objeto de pesquisa, torna-se possível dialogar sobre o movimento real que a constitui, suas contradições, suas tensões, seus limites e suas possibilidades, bem como sobre a relação com o esforço coletivo de provocar as mudanças necessárias na realidade social que justifica sua própria existência. Em face ao exposto, nos arriscamos afirmar que ensaios como estes viabilizam a formação de gestores para uma postura interrogativa, investigativa e de reflexão crítica sobre a realidade que produzem, consolidando desse modo como sujeitos ativos, que buscam repensar sobre os elementos do seu cotidiano.

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

Dia: 20/01

Hora: 8h – 12h

AUTONOMIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: um estudo sobre as produções discursivas de professores da capital mineira

Autor(es): Matusalém de Brito Duarte; Susana Nogueira Balsa Coelho

Resumo: Sob a temática da autonomia em associação às tecnologias da subjetivação, o trabalho em pauta objetivou a descrição e a análise de práticas discursivas de docentes do Estado de Minas Gerais. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória em uma escola estadual da capital mineira, por meio de observações e entrevistas com doze professores. A metodologia, de cunho qualitativo, contemplou ainda descrições e análises das produções discursivas dos entrevistados com base em contribuições filosóficas, dentre as quais se destacam as de Foucault e Spinoza. Tal estudo propiciou a identificação de tecnologias de governo e da subjetivação que enrijecem determinadas relações desses agentes educacionais, os quais se limitam e são limitados na sua potência de agir e no cuidado de si e do outro. Diante desse contexto, entende-se que o professor está imerso a relações de poder e, conseqüentemente, a resistências. São também evidenciados alguns estados de aproximação do sujeito com si próprio; no entanto, quando tecnologias endurecem os enlaçamentos, enrijecendo os jogos de verdade, subentende-se que haveria uma menor autonomia e liberdade de agir. Observa-se, portanto, a necessidade de se pensar em planos de ação que deem voz ao professor e discutam os reais problemas pelos quais a categoria enfrenta.

PERCEPÇÕES DE ALUNOS E AGENTES ESCOLARES A RESPEITO DE UMA POLÍTICA DE CORREÇÃO DE FLUXO E ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: um estudo de caso

Autor(es): Marina Meira de Oliveira

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado em andamento, que analisa as percepções de agentes escolares de uma escola no município do Rio de Janeiro a respeito de uma política de correção de fluxo. Considerando que a reprovação em massa e o atraso escolar continuam sendo desafios à democratização de um ensino de qualidade, certas políticas vêm sendo desenvolvidas para o tratamento da questão, como as classes de aceleração para alunos multirrepetentes. Contudo, estudos apontam que sua execução nem sempre corresponde às suas intenções (PARENTE e LÜCK, 2004; BARBOSA, 2013). Para melhor compreender o processo de implementação dessas políticas, torna-se indispensável focalizar os agentes implementadores, já que seu poder discricionário, aliado a seus valores e crenças, apresentam relações com a forma como atualizam a política e com seus resultados (LIPSKY, 1980). O principal instrumento de geração de dados utilizado foi a realização de entrevistas, sobre as quais vem-se desenvolvendo uma investigação qualitativa baseada na Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 1992). Os resultados alcançados até então apontam para diversas instâncias de exercício de discricionariedade por parte dos implementadores, dentre as quais está a adaptação do método e do conteúdo ensinado pelos professores com base em suas crenças quanto ao público alvo da política e suas necessidades. Considerando que a ação política está intimamente relacionada à linguagem (JOHN, 1999), análises do processo de implementação que focalizem os discursos dos agentes implementadores podem contribuir para uma melhor compreensão acerca de como as políticas educacionais são (re)significadas e atualizadas no espaço escolar.

A QUIMERA DE PIMENTEL: uma análise das políticas de formação continuada de professores no estado de Minas Gerais

Autor(es): Felipe Dias de Oliveira Silva; Luciene Ferreira da Silva Guedes; Daniela Motta de Oliveira

Resumo: Em nossa pesquisa “Políticas de Formação Continuada de Professores do Estado de Minas Gerais”, desenvolvida desde 2014 no Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC), da UFJF, pudemos delinear dois momentos emblemáticos capazes de reverberar de variadas formas em nosso objeto de estudo. O primeiro deles foi o fato de o Centro de Referência Virtual do Professor um mecanismo importantíssimo de difusão de políticas educacionais no governo de Minas Gerais possuir fragmentos em seu site que se encontravam desatualizados por anos como, por exemplo, a seção “Orientações Pedagógicas”, criada em outubro de 2006 e com a última modificação na mesma data. Outro momento se deu quando encontramos a página “Diagnóstico da educação no Estado de Minas”, agora fora do ar, no site oficial do governo, no alvorecer da gestão de Fernando Pimentel, que tratava da situação constatada na educação mineira por seu governo e o que estava sendo feito, como, por exemplo, a modernização do currículo escolar para atender as demandas dos vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nosso objetivo, no presente trabalho, é verificar se o governo atual mantém a cartilha do modelo educacional baseado na busca pela eficiência, eficácia e efetividade, ou se há um esforço na busca de uma educação emancipatória, que pede uma formação de professores capazes de refletir acerca de suas práticas. Realizamos uma análise dos documentos disponíveis nos sites oficiais, tomando como referência teórico-metodológica o materialismo histórico dialético na perspectiva gramsciana. Constatamos que as políticas públicas atuais, entificadas na formação de professores através do caráter prescritivo de suas cartilhas, mantiveram a direção dada pelas duas gestões anteriores com os programas Choque de Gestão, Gestão para a Cidadania e Programa de Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo. Concluimos que, embora o governo do Estado de Minas Gerais atual tenha “rompido” com as propostas anteriores, no campo discursivo suas propostas educacionais se apresentam com uma nova roupagem, que traz apenas mais do mesmo.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOB A ÓTICA DOCENTE: reflexões preliminares

Autor(es): Joselaine Cordeiro Pereira; Paloma Rezende De Oliveira; Laura Do Nascimento Fortes

Resumo: A educação de qualidade, embora não seja tema recente no campo educacional brasileiro, tornou-se expressão recorrente a partir da reforma educacional, década de 1990, sobretudo vinculada ao ideário neoliberal (MELLO, 1984; LIBÂNEO, 1985; PARO, 1986). No bojo dos principais argumentos que demarcaram, recentemente, uma nova concepção de qualidade esteve presente a preocupação com o acesso, a permanência e o sucesso escolar, corroborados, dentre outros, por meio do FUNDEB (lei nº 11.494/2007); a ampliação do Ensino Fundamental (lei nº 11.274/2006) e a obrigatoriedade do Ensino Médio (lei nº 12.061/2009). Um conjunto bastante significativo de normas, seguidas por diversos programas para assegurar os preceitos constitucionais, e, inclusive, promover a formação integral do aluno, necessária à transformação social, bem como, as condições para melhorar o desempenho das escolas (GADOTTI, 2013). É a análise de como a educação de qualidade vem sendo orquestrada dentro da escola pública, primando pela ótica dos docentes, que norteia a presente proposta de comunicação, tendo como base o debate trazido por Gadotti (2013) e Oliveira (2014) sobre esta questão. A compreensão deste constructo integra também os objetivos da pesquisa, em curso, intitulada Que educação, para que país? Uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola, realizadas pelo GESENESCEUFJF. Ao considerarmos o caráter preliminar das análises, baseados em questionário piloto, desenvolvido com profissionais da rede pública do município de Juiz de Fora, depreendemos que a noção de educação de qualidade é tema que precisa ser considerado em sua múltipla dimensionalidade, dentre as quais destacamos noções que a imbricam à: atributo de inserção e legitimidade social; princípio de gestão democrática; assunção do currículo escolar; elemento de responsabilização; equalizadora das desigualdades sociais; vetor para a valorização do magistério, dentre outros. Essa variedade de sentidos pode ser inerente tanto à construção política e pedagógica do sentido de qualidade na história das políticas educacionais no Brasil, quanto ao processo dinâmico de reconstrução das políticas no âmbito escolar; fato que tende a reverberar no próprio entendimento de como as políticas operam mudanças que podem ou não corroborar para qualidade da educação nacional.

PENSANDO SOBRE A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC: perspectivas de análise

Autor(es): Lenise Teixeira de Sousa

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar os modelos analíticos para o estudo da implementação de políticas públicas e refletir sobre suas possíveis contribuições para a análise de uma política pública específica, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC. A partir da análise de uma política pode-se observar de que forma as regras, rotinas e processos são definidos na formulação. Como esses processos são interpretados na elaboração e quais as contribuições na busca de soluções para os possíveis problemas no sentido de alcançar os resultados esperados. Estas reflexões podem contribuir para a análise das políticas públicas educacionais em especial a de formação continuada de professores alfabetizadores. Esta discussão emerge da necessidade de elaboração de um modelo teórico de autores relacionados ao campo das políticas educacionais e a relação com meu anteprojeto de tese apresentado ao PPGE da PUCRio cujo tema é “Tecendo relações sobre a política pública de formação continuada de professores alfabetizadores em dois municípios de Minas Gerais: quais apropriações estão sendo feitas pelos sujeitos a partir do PNAIC?”. Busco tecer relações e perceber os pontos de aproximação e distanciamento na gestão das políticas públicas de formação, tomando por base um município de pequeno porte (Matias Barbosa) em contraponto a outro de grande porte (Juiz de Fora), buscando responder se esses municípios recebem as iniciativas nacionais de formação continuada de professores da mesma forma. Neste viés, pretendo sistematizar e analisar a literatura sobre o campo de estudo e os modelos analíticos de implementação de políticas públicas, focalizando na fase da formulação. Busca-se, desse modo, apresentar possíveis contribuições desta área do conhecimento para a análise de políticas públicas educacionais no Brasil.

QUE EDUCAÇÃO PARA QUE PAÍS: as percepções sobre a avaliação

Autor(es): Alesandra Maia Lima Alves; Elita Betania de Andrade Martins; Denise Rangel

Resumo: O presente trabalho tem a finalidade de apresentar resultados parciais da pesquisa intitulada “Que educação para que país: uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola”, vinculada ao Grupo de Estudo Sistema de Ensino (GESE\UFJF). O objetivo principal da pesquisa é identificar possíveis transformações nas práticas docentes e gestoras, reconhecidas pelos profissionais da rede pública de MG como decorrentes das atuais políticas educacionais. Consideramos que pesquisar políticas públicas em educação pressupõe reconhecer que elas resultam de um jogo de forças presentes num contexto histórico, social, econômico e cultural com suas intencionalidades. Para compreender esse jogo, optou-se por uma abordagem metodológica denominada Ciclo de Política, formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por seus colaboradores (Bowe, Ball e Gold, 1992), que consiste em investigar os processos pelos quais as políticas educacionais são formadas, implementadas e experimentadas. Como uma primeira ação da pesquisa, aplicamos um questionário para 46 profissionais atuantes em escolas públicas de Juiz de Fora, os quais responderam questões referentes a vários temas ligados às políticas educacionais, podendo se destacar as ligadas a avaliação. Das respostas, 72,5% indicaram as avaliações externas como uma das políticas educacionais alvo de discussões na escola, 37,5% afirmam que avaliações externas influenciam no seu planejamento pedagógico e 35% apenas em parte, sendo importante destacar que quando questionados sobre o melhor o significado de qualidade em educação, 62,5% escolheram a alternativa “Formação ampla, luta pelos direitos de cidadania e emancipação social”. Essas resposta indicam, inicialmente, que as avaliações externas influenciam no cotidiano escolar. Tais temas nos servirão como orientação de aspectos a serem abordados nas entrevistas a serem desenvolvidas em etapa posterior.

REAÇÕES DOCENTES FRENTE À GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO

Autor(es): Gabriel Guimarães Melgaço da Silva

Resumo: As mudanças ocorridas na gestão das escolas estaduais do Rio de Janeiro após o mau resultado no Ideb de 2009, e a consequente inserção da Gestão Integrada da Escola (GIDE), gerou reações variadas por parte dos professores que trabalham nessas escolas. Tais mudanças inserem a rede estadual em uma gestão de cunho empresarial, calcada na padronização das atividades escolares, responsabilização do corpo docente e orientação norteando a comunidade escolar para a obtenção de resultados. Dessa forma, este trabalho objetiva analisar a pertinência de três categorias de reação docente que possam explicar, de maneira aprofundada, os modos como os professores lidam com essa mudança de gestão em seus ambientes de trabalho. Para isso utiliza-se as seguintes categorias analíticas: resistência, consentimento ativo e consentimento passivo. Assim, entende-se basicamente essas reações como de enfrentamento (resistência), aceitação (consentimento ativo) ou indiferença (consentimento passivo). O campo teórico se insere no âmbito epistemológico do materialismo histórico dialético e parte da ideia da crise do capital e da recomposição burguesa que iniciada na década de 70, que dá origem ao processo de reforma do estado (gerencialismo) e que alcança o Brasil em meados da década de 90, no governo Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade nos governos Lula e Dilma Rousseff. A pesquisa, ainda em andamento, se configura como exploratória, de caráter qualitativo e que se estruturará em torno de entrevistas semidirecionadas e grupos focais envolvendo professores de diferentes escolas e regionais da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. A título de conclusão parcial, apontamos que a utilização de tais categorias para uma análise da reação docente à reforma do ensino no Rio de Janeiro não somente é pertinente como contribui para um estudo mais aprofundado do tema, que vise analisar as contradições existentes nas relações entre professores e esse novo modelo de gestão.

TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OS INSTITUTOS FEDERAIS E O COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO INTEGRAL

Autor(es): Cleverson Ramom Carvalho Silva; José Pereira Peixoto Filho

Resumo: A educação é um campo de hegemonia e contra hegemonia política, social e cultural. Ao dialogar com o sistema produtivo, é conferido à instituição escolar um papel protagonista na formulação de políticas públicas voltadas para a capacitação profissional e geração de renda. Partindo de uma lógica liberal inspirada na Teoria do Capital Humano, as instituições de ensino técnico e tecnológico cumprem papéis sociais que na maioria das vezes se traduzem em uma preparação aligeirada e submissa ao mercado de trabalho. No âmbito individual, a educação profissional é apresentada como uma das principais ferramentas de inserção profissional, como a solução ou a prevenção ao desemprego. Contrariando essa lógica e não desconsiderando a necessidade de ingresso no mercado de trabalho, há aqueles que defendem o projeto de educação profissional que valoriza o ser humano em sua integralidade, privilegiando uma formação com vistas à emancipação do indivíduo, o trabalho como princípio educativo em sua dupla dimensão: ontológica e histórica e o estímulo a criticidade e autonomia. Diante disso, este artigo tem como objetivo geral compreender as concepções de trabalho e educação dos alunos do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico Informática EMITI, presentes na sua formação ao longo do curso no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Campus Montes Claros. Como ferramenta de coleta de dados aplicamos um grupo focal com sete alunos da referida instituição de ensino. Nas considerações finais, tecemos algumas críticas e destacamos os pontos favoráveis do processo formativo dos alunos analisados, bem como os desafios postos a ampliação do projeto de formação integral nas escolas de educação profissional.

MOVIMENTOS EM BUSCA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL E A META 6 DO PNE

Autor(es): Patricia Flavia Mota

Resumo: O 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Barcelona em Novembro de 1990, reuniu na Carta inicial, os princípios essenciais do perfil educador das cidades ressaltando que há a necessidade de integrar diferentes saberes, espaços educativos, a comunidade e a escola, uma vez que a escola não deve ser considerada a única instância educativa. Nesta perspectiva, tendo em vista as discussões promovidas sobre a educação integral em tempo integral e sobre ampliação da jornada, pretendeu-se, através de pesquisa qualitativa, investigar se atividades implementadas após o término do PEE, no CIEP Henfil, em Duque de Caxias, representaram uma retomada do modelo de escolas em tempo integral em que todo o processo de aprendizagem ocorre dentro da escola, ou, como orientam os princípios das Cidades Educadoras, através do comprometimento de parceiros e outros espaços educativos com a formação integral do estudante em um horário ampliado. Foram estudados projetos e programas dinamizados na escola desde a implantação do Programa Especial de Educação em 1984 até a chegada do Programa Mais Educação em 2007. Tanto a construção do CIEP como a manutenção de projetos foram resultados de reivindicações da comunidade escolar. Os projetos/ programas favoreceram a ampliação da jornada e a instalação do Programa Mais Educação, no entanto, não configuraram a educação integral em tempo integral, tampouco contaram com o apoio de equipamentos públicos para que fossem dinamizados em outros espaços no território. Tendo em vista que a realidade desta escola é semelhante a de muitas no nosso país, é importante discutir que modelo de tempo integral será priorizado para que se atinja a Meta 6 do PNE: um modelo centrado na própria escola ou organizado por meio de parcerias. E, sobretudo, como os territórios e governos se organizarão para fomentar esta política.

QUE EDUCAÇÃO PARA QUE PAÍS: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS SOB O OLHAR DA ESCOLA

Autores: Elita Betania de Andrade Martins; Laura Nascimento Fortes

Palavras chave: Políticas Públicas, educação

Resumo: A pesquisa tem como objetivo identificar as possíveis transformações nas práticas escolares, reconhecidas pelos professores e gestores da rede pública como decorrentes das atuais políticas educacionais. Estudos desenvolvidos pelo grupo concluíram que há um movimento nacional disposto a criar condições para que seja oferecida uma educação de qualidade e acessível a todos. No entanto, essa construção de uma proposta de educação para o país tem se desenvolvido em meio a debates e conflitos em relação à forma de se construir uma sociedade e uma perspectiva de educação que a sustente. Além disso, é importante, destacar que conforme indica Ball (2008) as políticas educacionais vão sendo interpretadas, reinterpretadas conforme os diferentes contextos. Por estas razões, torna-se importante compreender que efeito essas ações estão provocando nas escolas. Para isso, além da análise documental, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e gestores de 4 escolas de Juiz de Fora selecionadas a partir da combinação de variáveis como resultados no IDEB e localização. Como um estudo preparatório para o desenvolvimento da pesquisa, cujo término está previsto para 2018, foram utilizados questionários respondidos por professores e gestores de escolas públicas, os quais nos indicaram alguns temas das políticas públicas que têm se feito “mais presente” no cotidiano escolar, tais como: currículo, qualidade, avaliação, plano de carreira. Tais temas nos servirão como orientação de aspectos a serem abordados nas entrevistas. Para análise do conjunto de informações e dados obtidos, nos basearemos em autores como Ball (2008), Fairclough (2001), Mainardes (2006).

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE GESTÃO EDUCACIONAL I

Dia: 20/01

Hora: 8h às 12h

APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: COMO AS FERRAMENTAS DE GESTÃO PODEM AJUDAR NOS USOS DOS RESULTADOS

Autor(es): Ramon dos Reis Freitas

Resumo: O caso de gestão estudado discute como as ferramentas de gestão e monitoramento, tratadas no trabalho como os Protocolos de gestão, podem auxiliar o trabalho de apropriação de resultados das avaliações externas e de planejamento de planos de ação para melhorar a qualidade da educação ofertada nas redes de ensino contratantes do produto. O objetivo definido para este estudo é analisar o uso da tecnologia em dois momentos, o curso de formação de gestores na rede municipal de Fortaleza (parte online e parte presencial) e o pré-teste do material em uma escola do Rio de Janeiro, para apresentar como os Protocolos podem auxiliar na gestão escolar no âmbito da apropriação de resultados da avaliação externa, de modo a aumentar seu alcance. Para tanto, adotamos, como metodologia de pesquisa, a análise dos fóruns online e as atividades avaliativas do curso de Fortaleza, o relatório de pré-teste no Rio de Janeiro, além de realizarmos entrevistas com membros das equipes dos dois projetos, apoiadas na literatura sobre gestão educacional, avaliação externa em larga escala e apropriação de resultados. Ao apontar a análise do material pesquisado, objetivamos também relatar as experiências do público com a tecnologia, apontando seus pontos fortes e de melhoria, para que ela possa ser aprimorada e que todos os contratantes do produto, por meio do CAEd, usufruam da melhor forma, com domínio e facilidade dos Protocolos e os utilizem como suporte em seu trabalho de gestão pedagógica rumo à melhoria da qualidade do ensino público ofertado, subsidiada pelos resultados das avaliações externas em larga escala.

A IMPLEMENTAÇÃO E A OPERACIONALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO REGULAR NOTURNO NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS – SEE/MG

Autor(es): Perla Vilma Barbosa Lima; Mayanna A. Martins Santos; Alexandre Chibebe Nicolella

Resumo: O presente trabalho é desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A pesquisa objetiva compreender quais são as principais dificuldades na implementação do Novo Ensino Médio Regular Noturno, nas escolas da rede estadual de ensino/SEE/MG, a partir da vigência da Resolução SEE Nº 2.842, de 13 de janeiro de 2016. A pesquisa tem motivação nas observações da pesquisadora, que atua na Superintendência de Organização e Atendimento Escolar notando na análise dos processos de regularização de vida escolar que solicitações por vagas em escolas estaduais no ensino noturno de forma diferente da busca para o ensino fundamental. As informações mostram que as taxas de evasão escolar e distorção idade-série entre a população jovem de 15 a 17 anos se traduz em 14% desses jovens fora da escola, correspondendo a quase 160 mil e entre os que estudam 40% apresentam alguma distorção. A pesquisa é desenvolvida com base na metodologia qualitativa, o método estudo de caso, as entrevistas e a pesquisa de análise documental da política pública de suas atividades de implementação tais como relatórios diagnósticos, legislações, relatórios gerenciais e registros no SIMADE, na aplicação de questionários com principais atores dos cenários de implementação. O estudo é motivado por possibilitar a revelação do andamento da oferta, seus desafios e possibilidades considerando indicativos de pendências na carga horária reduzida, por exemplo. A partir dos resultados da pesquisa, o PAE será apresentado propondo medidas para a melhoria da implementação do Ensino Médio Regular Noturno disseminando práticas para a promoção da educação de qualidade para as escolas da rede estadual de Minas Gerais.

IMPLANTAÇÃO DA REDE DE APOIO À CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ

Autor(es): Jaqueline Angélica Guiducci

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar a implantação da Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar, implantada pela Superintendência Regional de Ensino de Ubá – SRE Ubá, registrando quais os principais entraves e dificuldades encontradas tanto em sua implantação quanto no andamento de suas ações. Espera-se estudar a implantação e propor ações que possam contribuir para que a Rede de Paz alcance o objetivo principal que é a melhoria da qualidade do ambiente escolar. Esse trabalho se justifica pelo fato de que o problema causado pela violência em nossas escolas, mais notadamente na EE Eunice Weaver, na EE Dr José Januário Carneiro e na EE Cândido Martins de Oliveira, escolas com um grande número de ocorrências de casos de violência, preocupa as autoridades e gerou a implantação de uma Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar. É necessário acompanhar essa implantação de forma a se registrar possíveis entraves e obstáculos que dificultem seu desenvolvimento e de que forma essa rede pode ser ampliada, fortalecida e aprimorada, de modo a atingir todas as escolas da regional e demais localidades. O problema proposto é de que forma a Rede de Paz, que foi idealizada em 2012 e que começou a ser implantado efetivamente em 2015 em escolas com maior ocorrência casos de violência, com o intuito de promover a articulação entre diversas instituições tais como o Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude, o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, entre outras, visando a prevenção e o tratamento de conflitos no ambiente escolar, consegue efetivar seus objetivos, propagando um ambiente de paz nas escola? Para envolver a comunidade no projeto e trabalhar as formas de tratamento de conflitos, comuns a ambientes escolares, a SRE Ubá iniciou em outubro de 2015 a capacitação de “Formadores em Práticas Restaurativas no Ambiente Escolar”, utilizando o material do programa RECAJ UFMG – Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça, programa formado por grupos de alunos e ex-alunos da graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadas por Analistas e Técnicos Educacionais da Diretoria Educacional, mais especificamente os supervisores pedagógicos. Este trabalho pretende mensurar o andamento dos processos e apresentar contribuições para consolidar o programa e melhorar os resultados.

A CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: fundamentos teóricos e históricos do projeto de concertação nacional

Autor(es): Renata Spadetti Tuão

Resumo: Na década de 1990, iniciada com a realização da Conferência Mundial Educação Para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia e organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, diferentes agentes da Sociedade Civil fundaram a Campanha Nacional pelo Direito à Educação no Brasil. A Campanha foi fundada em Brasília, em 1998, tendo entre seus organizadores e membros do comitê diretivo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Fundação ABRINQ, Centro de Estudos e Pesquisas Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), ligado ao banco Itaú, o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. Esta frente que mobiliza organizações empresariais e movimentos sociais e sindicais tem tido grande protagonismo na formulação de políticas públicas educacionais. Este trabalho objetiva analisar o papel da Campanha na definição do “direito à educação” difundida na reforma da Educação Básica realizada nas últimas duas décadas e materializadas nos Planos Nacionais da Educação e, principalmente, no Plano de Desenvolvimento da Educação (2007). A pesquisa que resultou neste trabalho utilizou como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados de pesquisa; e pesquisa documental em fontes disponibilizadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em seu arquivo digital e na legislação educacional. Este trabalho conclui que o movimento que originou na Campanha Nacional pelo Direito à Educação é expressão de uma conjuntura política de recomposição burguesa, através do qual se difundiram organizações formadas por um sentido de conciliação de classes com o objetivo de difundir uma nova pedagogia da hegemonia, tendo em vista a formação de trabalhadores adaptados aos requisitos do século XXI, originalmente justificada sob o lema “Educação para Todos”, materializado na década seguinte no movimento “Todos pela Educação”, na definição do “direito à educação” no Brasil.

OS PROCESSOS DE ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES: TECENDO REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Autor(es): Patricia Assis; Rosemar Seixas

Resumo: A questão da gestão democrática vem ganhando grande destaque no âmbito acadêmico. Estudos como o de Luckesi (2007) evidenciam que o conceito de Gestão Democrática precisa se constituir na prática cotidiana da escola, no seu fazer, e nas suas ações administrativas, pedagógicas e pessoais. É neste contexto de análise que constituímos essa produção, que trata dos documentos oficiais que definem os processos de escolha dos gestores do Município de Japeri e do Município de Duque de Caxias, ambos pertencentes à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde nossa prática pedagógica é vivenciada. O processo de escolha e condução dos gestores escolares destes municípios vem sofrendo mudanças significativas, enquanto o Município de Japeri trabalha com o processo de indicação política, o Município de Duque de Caxias, recentemente, instaurou a eleição direta com participação da comunidade escolar. Nestes dois locais, o que se observa são as fragilidades que os dois processos apresentam no que tange o conceito de gestão democrática. Neste sentido, o objetivo aqui posto, é trazer a discussão, o acompanhamento e participação nestes dois processos, sem a ingenuidade de que esta discussão venha esgotar tal debate, mas sim utilizá-la para propiciar avanços no modelo de seleção do gestor escolar. A metodologia aqui utilizada é a análise dos documentos que tratam sobre os processos instaurados nestes dois cenários, sendo esta observação conduzida e correlacionadas a análises bibliográficas pertinentes à temática, tais como de Luckesi (2007), Luck (2007) e Paro (2016). Em suma, nosso objetivo é provocar debates e movimentos dialógicos em prol do processo de escolha dos gestores escolares, com a finalidade de se estabelecer um princípio da gestão democrática.

NÚCLEO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS: AÇÕES MOTIVADORAS, ARTICULADAS AO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICOS, PARA REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR.

Autor(es): Ivamberg dos Santos Lima; César Barbosa

Resumo: Este trabalho de pesquisa apresenta uma proposta de intervenção para melhoria do processo de aprendizagem no Colégio Estadual General Osório, em Feira de Santana na Bahia. Tem como objetivo geral desenvolver ações estratégicas para estimular a participação ativa dos alunos no processo ensino-aprendizagem para a redução da evasão escolar. E como objetivos específicos: detectar o principal problema que atrapalha o desenvolvimento e eficácia do processo ensino-aprendizagem; investigar quais as temáticas que despertam maior interesse entre os educandos; promover ações que estimulem a participação ativa dos alunos na construção da proposta pedagógica da escola. Apresenta como pergunta de pesquisa: Qual o principal problema que atrapalha o processo ensino-aprendizagem dos educandos do Colégio Estadual General Osório? E busca responde-la utilizando a pesquisa-ação como estratégia metodológica. De acordo com Thiollent (2003) esse tipo de pesquisa é realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Utiliza entrevistas estruturadas como instrumentos de coleta de dados e a ferramenta Microsoft Office Excel para tratamento dos dados. Após análise dos resultados constatou-se que a falta de interesse dos educandos pela aprendizagem é o problema mais grave da referida Unidade Escolar com 43,5% das respostas dadas por todos os segmentos da escola. Propõe a partir disso que o Colégio utilize temáticas escolhidas pelos próprios alunos, transversalmente, em sua proposta pedagógica. Para Freire (2008) é só quando o aluno possui um interesse em um determinado tema que ele irá realizar o diálogo com o professor, e é só através do diálogo que a educação irá alcançar seu objetivo. Conclui que ações promovidas na escola, em articuladas com Projeto Político Pedagógico, de forma colaborativa entre educadores e educandos, aumenta o interesse dos alunos e aprendizagem é desenvolvido de forma satisfatória.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO A EVASÃO ESCOLA POR MEIO DE PROTOCOLO ELETRÔNICO: UM ESTUDO REALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA NA BAHIA.

Autor(es): Ivamberg dos Santos Lima, César Barbosa

Resumo: A evasão escolar no Brasil é um problema antigo que perdura até hoje. Apesar dessa situação ainda existir no Ensino Fundamental, atualmente, o que chama atenção é o número de alunos que abandonam o Ensino Médio. Desta forma é preciso que sejam utilizados mecanismos para diminuir a evasão escolar e garantir a permanência do aluno na escola para concluir o seu percurso educativo. Assim sendo, o objeto desta pesquisa é a evasão escolar, e seu objetivo é reduzir a evasão escolar nas Escolas Públicas Estaduais de Ensino Médio da cidade de Feira de Santana na Bahia, a partir do uso dos dados presentes no Sistema de Gestão Escolar da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SGE. Esse estudo está em andamento e é desenvolvido no Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia Aplicadas a Educação – GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Tem a pesquisa aplicada como metodologia para o levantamento e obtenção das informações e utiliza o estudo de caso como estratégia. Os dados foram obtidos do banco de dados do SGE dos anos de 2014 e 2015 e estão sendo tratados através do software Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS) e do método estatístico credit score. O resultado esperado é a classificação de risco à evasão escolar em alto, médio e baixo e o agrupamento das características dos alunos que se enquadram em cada uma dessas classificações para, a partir de tal classificação, poder intervir antes que a evasão aconteça. As classificações servirão para a criação de um protocolo eletrônico que será utilizado, posteriormente, nas Escolas Públicas Estaduais de Ensino Médio da cidade de Feira de Santana para testar sua efetividade na diminuição da evasão escolar.

O RECORTE DA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE DIRETORES, SEUS SIGNIFICADOS E A RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Autor(es): Eduardo Santos Araújo; Daniel Eveling da Silva

Resumo: No contexto atual da educação tratar da temática da formação de diretores torna-se fator caro, quando se considera a gestão escolar eixo sobre o qual são direcionadas as demais ações da escola. A pesquisa apresentada neste artigo tem como objetivo considerar a existência da correlação entre a dimensão administrativa da gestão escolar e a gestão democrática. Como metodologia adotou-se a pesquisa documental, que a posteriori, a partir de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, discutirá a formação administrativa do diretor de escola. O fator problematizador aqui apresentado surge da tendência em alguns autores considerarem a inviabilidade de se adotar posturas mais técnico gerenciais mantendo a gestão democrática como dimensão fundante das ações gestoras. Exemplo desta postura se encontra em Gomes, Santos e Melo (2009), pois parecem demarcar em sentidos definitivamente opostos a gestão democrática e os pressupostos gerenciais da administração escolar. Já Lück (2000) coloca a orientação para resultados e avaliação como condição para a autonomia e gestão democrática. Neste contexto é importante elucidar que a ideia da pesquisa em desenvolvimento não é sobrepujar os parâmetros da gestão democrática em detrimento de uma diretriz gerencialista, produtivista e hierarquizada. Considera-se como uma das importantes atividades administrativas escolares o planejamento, a organização e a avaliação, inclusive sendo um campo de exercício de gestão democrática. É importante ressaltar que o desenvolvimento das competências técnicas do diretor escolar não somente influenciará na prática de ações administrativas, mas permeará todas as dimensões da gestão. A gestão democrática ao exigir organização, método para coleta de opinião, definição das regras, dos resultados e suas divulgações efetiva a democracia por meio de processos burocráticos administrativos eficazes. Assim, a gestão administrativa não se opõe à gestão democrática, uma vez que os próprios preceitos da democracia exigem práticas administrativas aguçadas

GESTÃO ESCOLAR E AVALIAÇÃO EXTERNA: ESTABELECENDO REFLEXÕES.

Autor(es): Josele Teixeira; Liliane Nunes

Resumo: A partir da década de 90, as avaliações externas vêm ganhando atenção acentuada nos debates acadêmicos. De um lado há os que sustentam a discussão e embate sobre seu laivo repressivo e limitado, do outro há quem reconheça que os gestores podem utilizar-se dos dados das avaliações externas para o fornecimento de parâmetros objetivos que sirvam de indicadores para a melhoria da qualidade no ensino. Neste sentido, o objetivo desse estudo é analisar as reflexões de duas servidoras da rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, frente às dificuldades encontradas na análise dos dados das avaliações externas, bem como de suas possíveis possibilidades de compreensão e transposição das suas informações para estimulação de diferentes vertentes de intervenção estratégica para o cotidiano escolar, tomando-as como um elemento que, se bem utilizado, pode ser capaz de colaborar com o avanço do trabalho educativo. Procurou-se evidenciar as experiências por parte das gestoras em compreender resultados produzidos por essas avaliações e o quanto é preciso estabelecer uma análise dos dados obtidos, para que dessa maneira consigamos lograr êxito na consecução do objetivo dessas avaliações, ressignificando assim o sentido da avaliação externa e o como esta pode se constituir em um instrumento de possibilidades de interação, interfaces, de conexão entre gestão escolar e corpo docente, tendo como ferramenta operativa à intervenção estratégica colaborativa e minuciosa voltada a melhoria dos processos educacionais. Defende-se que os deslocamentos das análises e apropriações dos dados provocam, cruzam espaços, esboçam trilhas, abrem outros caminhos que instituem a prerrogativa de novas formas de problematização e visibilidade do funcionamento das práticas e da aprendizagem, isso se a gestão escolar assumir uma postura em que a avaliação externa possa ser compreendida não como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento que auxilie nas transformações necessárias em cada unidade escolar, configurando-se em um caminho que aponta para os processos de subjetivação inerentes ao fazer histórico: história que se constrói na prática e na prática produz seus efeitos.

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

DIA: 20/01

HORA: 8h às 12h

IMPACTOS DO PACTO NO MUNICÍPIO DE CORONEL PACHECO

Autor(es): Cíntia Cristina de Campos Silva; Cláudia Gonçalves de Paula; Raquel Vianelo Sell.

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no município de Coronel Pacheco, partindo da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que é realizada anualmente nas turmas de 3º ano do Ensino Fundamental I, fase final do Ciclo de Alfabetização. Procuramos refletir sobre os dados estáticos da ANA no município de Coronel Pacheco e do estado de Minas Gerais evidenciando a qualidade da formação continuada que ocorreu nos mesmos ao longo dos anos de 2013 e 2014. A metodologia utilizada foi uma longa pesquisa de dados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o material disponível na formação continuada de professores (PACTO) nos encontros na Universidade Federal de Juiz de Fora e em nosso município. Os dados foram apresentados para as professoras e posteriormente discutidos para possíveis intervenções pedagógicas que se darão embasadas nesta análise buscando sanar, as deficiências encontradas de acordo com os resultados das avaliações. É nesse contexto de enfrentamento dos desafios educacionais postos à alfabetização das crianças que se insere a Avaliação Nacional da Alfabetização. Concluímos com este trabalho que houve uma melhora significativa nos índices do município desde o primeiro ano da aplicação da avaliação e capacitação dos professores devido as práticas que o programa acrescentou no ambiente escolar. O município se destaca também ao ter os índices comparados com os do estado. Partindo da concepção que neste período final de alfabetização deve ser assegurado a cada criança o direito as aprendizagens básicas de leitura e escrita e das diversas expressões e outros saberes fundamentais ao desenvolvimento do cidadão ativo e crítico. É de suma importância a análise e compreensão destes dados para a práxis pedagógica.

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: a avaliação e a transparência na gestão pública baiana

Autor(es): Índia Clara Santana Nascimento

Resumo: Esta pesquisa tem por contexto ações desenvolvidas na Secretaria da Educação do Estado da Bahia, por meio do Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam), que oferta, desde 2008, assessoramento técnico às Secretarias Municipais de Educação com vistas a fortalecer os sistemas municipais de ensino e intensificar o regime de colaboração entre estado e municípios nos seguintes aspectos: democratização da gestão, melhoria na qualidade dos indicadores educacionais, elaboração de planos de educação e fortalecimento dos conselhos municipais de educação. O presente estudo, a partir de uma pesquisa aplicada, se propõe a dar a conhecer o Programa para a realização da avaliação do desempenho dos cinco projetos do Proam, com foco na análise de sua eficácia, eficiência e efetividade. O caminho metodológico sugere a abordagem pluralista, quantitativa e qualitativa, buscando conhecer a avaliação de programas governamentais sobre o planejamento, a transparência da gestão pública e posturas gerenciais eficientes. O desenho da pesquisa foi estruturado na forma de um estudo de caso e as estratégias de acesso às informações consistem em documentos oficiais e questionários. Os procedimentos de análise das informações aconteceram seguindo as orientações de Gil (2012), Yin (2001) e Gatti (2004), além do aporte teórico de Silva e Costa (2002) sobre avaliação. Os achados são apresentados na forma de Relatório Técnico, a partir do qual se espera desenvolver produtos com aplicabilidade na Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Diante do tratamento descritivo dos dados, concluiu-se que algumas correções e acréscimos no desenho inicial do projeto seriam necessárias para apoiar o processo decisório e o aperfeiçoamento da gestão pública voltada para resultados.

A LINGUAGEM ESPECIALIZADA NO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (PAAEMG)

Autor(es): Bruno A. F. de Lima

Resumo: O estudo das linguagens especializadas ganha destaque principalmente a partir da década de 1980, com a difusão do pensamento do linguista alemão Lothar Hoffmann (FINATTO e ZÍLIO, 2015). Hoffmann contribui para a otimização da comunicação entre especialistas, ao considerar o texto como elemento chave das práticas linguísticas especializadas. Essa perspectiva desloca o termo como centro de estudo das linguagens de especialidade (WÜSTER, 1930), dando lugar à tríade léxico, gênero e gramática de especialidade. Em se tratando de avaliação, o PAAE-MG concentra em suas práticas linguísticas todos os ingredientes necessários à comunicação especializada, permitindo que seus textos sejam analisados à luz da Terminologia (KRIEGER, 2004; KRIEGER e FINATTO, 2004); dos Gêneros Textuais e Gêneros de Especialidade (MARCUSCHI, 2008; LEIPNITZ, 2015) e da Gramática de Especialidade (ZÍLIO, 2015). Diante disso, neste trabalho discuto a sobreposição de terminologia(s) do contexto do PAAE, problematizando a difícil tarefa de se isolar a terminologia da avaliação da aprendizagem escolar. Discuto ainda a relação entre os textos e gêneros que compõem o PAAE: Currículo Básico Comum; Guia de Elaboração e Revisão de Itens e Itens Avaliativos. Apresento as características desses textos/gêneros, relacionando-os linguisticamente. Finalmente, aponto aspectos da gramática especializada que circula entre os textos do programa, mostrando que escolhas estruturais pertencem em maior proporção à área de especialidade do que ao usuário da língua geral. Como conclusão, as discussões que apresento neste trabalho apontam para a necessidade de profundo conhecimento sobre a forma e a função dos gêneros especializados da avaliação para práticas avaliativas internas mais consistentes.

PROVINHA BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Autor(es): Silvia Regina B. Silveira; MELLO, Raul Carlos Mello

Resumo: O trabalho discute estratégias para a apropriação pelas equipes gestoras dos dados da Provinha Brasil, a fim de que possam analisar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e buscar sanar as dificuldades evidenciadas. O desempenho das crianças em avaliações como a Avaliação Nacional da Alfabetização ANA e Provinha Brasil ainda não refletem o esperado para estas etapas de escolaridade. Assim, é primordial que a equipe gestora possa se apropriar desse debate e compreender as concepções que embasam as políticas públicas educacionais. Analisando os relatórios da Provinha Brasil 2014 nos testes 1 e 2 em escolas da rede municipal de Juiz de Fora, MG, foi possível traçar um perfil de desempenho de 120 turmas de 2º ano do ensino fundamental em Leitura e Matemática. Na análise dos resultados de cada turma, comparou-se o desempenho do teste 1 em relação ao teste 2. Esse desempenho tem por base a matriz de referência da Provinha Brasil, construída com base nas orientações do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Constatou-se que os resultados alcançados pelos alunos em Matemática foram superiores aos alcançados em Leitura. 25% das turmas atingiram os níveis 4 e 5, desejados para o final do segundo ano de escolaridade, enquanto que em Leitura, apenas 12,5% das turmas atingiram esses níveis. Em relação a variação da média de acertos dos alunos nos dois testes, verificou-se que 42% das turmas diminuíram o percentual de acertos em Leitura; em 33% delas os alunos elevaram a média de acertos e em 25%, os índices se mantiveram. Em relação à média de acertos em Matemática, 12,5% das turmas elevaram essa média; 36,5% a mantiveram e em 51% das turmas essa média caiu. O resultado aponta para a importância de um trabalho pedagógico focado nas reais necessidades dos alunos, como forma de promover uma aprendizagem efetiva. Para a promoção de ações de formação continuada para os profissionais para que sua prática pedagógica possa ir ao encontro daquilo que os alunos precisam desenvolver e consolidar. E para a definição de políticas públicas que possam assegurar um trabalho pedagógico que atenda a diversidade das classes de alfabetização, com suporte material e de formação continuada, para que percentuais de desempenho tão discrepantes possam ser cada vez mais raros nas redes de ensino.

NOVAS FORMAS DE AVALIAR: diálogos entre Paulo Freire e Maria Montessori na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Autor(es): Cristiane da Cruz Monteiro Bastos; Marcelo Maia Vinagre Mocarzel

Resumo: A avaliação das aprendizagens é um desafio crescente para educadores. O modelo somativo é dominante, mas de forma contra hegemônica busca-se um modelo formativo, que vá além da hierarquização (FERNANDES, 2009). Na EJA, este desafio é ainda mais complexo: as especificidades do público alvo fazem com que a avaliação, muitas vezes, seja objeto de desestímulo e evasão. Justifica-se, portanto, que se repense a avaliação das aprendizagens na EJA. Objetivos Este trabalho busca apresentar novas possibilidades de avaliação das aprendizagens, no contexto da EJA, a partir de experiências realizadas em uma escola municipal de Niterói/RJ. Relatando um trabalho que vem sendo desenvolvido há um ano em uma turma de 1o ano do Ensino Fundamental da EJA, apresentamos materiais diferenciados e técnicas que agregam experiências inauguradas por Montessori (2006), sem perder de vista o perfil libertador indicado por Freire (2004). Metodologia Escolhemos empregar em campo a metodologia montessoriana, por acreditarmos no incentivo à liberdade e à autonomia em prol da criação de uma sociedade com cidadãos mais críticos e reflexivos. Apesar de Montessori (2006) ter idealizado seu método para crianças, buscamos em Freire (2004) as respostas para adaptar aos adultos suas ideias. Ambos destacam a importância de desenvolver o potencial do educando de acordo com suas capacidades e limitações, seu ritmo de aprendizagem e seus interesses. Descrição das Intervenções: Foram introduzidos materiais concretos em sala de aula, a fim de despertar nos alunos e alunas interesse pelo processo de alfabetização, dentre eles tentos, alfabetários, caixas de areia, caixas de leitura e fichas de movimento, que compõem tanto o processo de ensino e aprendizagem, como o próprio ato avaliativo, deixando de lado o formato clássico da prova e gerando resultados que superam as expectativas.

O SAERJINHO COMO AVALIAÇÃO FORMATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DA REGIONAL MÉDIO PARAÍBA/RJ

Autor(es): Marcele Maria Ferreira Lopes

Resumo: O estudo de caso apresentado tem como foco a apropriação de resultados da avaliação externa bimestral promovida pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – o Saerjinho – pelos professores de Língua Portuguesa (LP) em uma escola da Regional Médio Paraíba (Escola X). O Saerjinho é um sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, com caracteres diagnóstico e formativo, aplicado a alunos do 5º, 6º e 9º anos do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio. Este instrumento pretende acompanhar mais de perto o rendimento dos estudantes, detectando de maneira mais ágil e fiel as dificuldades de aprendizagem. Os objetivos definidos para este estudo são: descrever o Saerjinho como o caso de gestão em estudo no âmbito da Regional Médio Paraíba e da Escola X; analisar os usos feitos desse instrumento de avaliação pelos professores de Língua Portuguesa da Escola X; e propor ações que acompanhem e aperfeiçoem a apropriação de seus resultados para melhorar a aprendizagem e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos dessa escola. Foi utilizada pesquisa qualitativa como metodologia e, como instrumentos de pesquisa, grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Inicialmente, foram elaborados, por meio do grupo focal e à luz da teoria weberiana, dois tipos ideais de usos diferenciados do Saerjinho e de seus resultados: um que desvaloriza o instrumento, em que os resultados são apenas convertidos em notas; e outro que o supervaloriza, com práticas docentes voltadas quase que exclusivamente ao Saerjinho. Nenhum deles contempla o uso do Saerjinho como avaliação externa de caráter formativo. Posteriormente, voltou-se a preocupação desta pesquisa para a atuação dos professores de LP da Escola X, diante dos dois tipos ideais de uso do Saerjinho elaborados. Constatou-se, com entrevistas semiestruturadas, que esses professores aproximam-se do tipo ideal de desvalorização do instrumento, utilizando-o apenas como instrumento de avaliação somativa. A partir dessa constatação, propõe-se um modelo formativo de utilização dos resultados e, a partir desse modelo, um plano de ação interventiva, de forma a contribuir para que a equipe de gestão dessa escola promova essa apropriação. Além das propostas de ações voltadas à apropriação na Escola X, é proposto também um questionário que auxilie a identificação da tipologia presente em outras unidades escolares.

ITEM X CONTEÚDO: A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE LETRAS NO ENADE

Autor(es): Renata Amaral de Matos Rocha; Bruno de Assis Freire de Lima

Resumo: Com sua primeira edição em 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2016). Em 2005, os estudantes do curso de Letras são avaliados pela primeira vez no exame. A avaliação dos estudantes desse curso ocorre novamente em, 2008, 2011 e 2015, mas foi somente em 2015 que as especificidades do curso foram consideradas (como a modalidade bacharelado x licenciatura e as habilitações em espanhol e inglês). Mattos, Lima et al (2010), ao discutirem os processos de elaboração de itens avaliativos, ressaltam a importância de duas variáveis: a) diversificação do “tipo de item” (BRASIL, 2010); b) diversificação do “tópico de conteúdo x habilidade” (MATTOS, LIMA et al, 2010). Diante dessas considerações sobre as variáveis avaliativas, neste trabalho apresentamos a análise das provas do Enade/Letras com vistas a responder as seguintes perguntas: 1) Que tipos de itens ocorreram nessas edições do exame? 2) Que tipo de item é o mais recorrente? 3) Que conteúdos foram cobrados nesses itens/exames? Com este trabalho, reiteramos a importância da diversidade “forma x conteúdo” nos itens e dos itens como fatores condicionantes a avaliações internas e externas consistentes.

A CRISE DA MODERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Autor(es): Rosalvo Ivarra Ortiz; Noêmia dos Santos Pereira Moura; Ane Caroline dos Santos.

Resumo: O processo de instalação da crise da modernidade, o qual abordamos nesse texto, nos coloca numa posição incômoda e ousada de perscrutar o tempo presente, ancorado no passado e com um pé no futuro. Percebemos, que os nossos conceitos e categorias não dão conta de compreender, predizer, explicar e interferir, mas ficamos reticentes e fragilizados em abandoná-los completamente. A solução encontrada, momentaneamente, foi de fazer uma ponte entre esses instrumentos umbilicalmente ligados ao solo antropológico moderno e os novos construídos pelo e no desdobramento desse período de transição, no qual nos encontramos. Procuramos perceber como as correntes filosóficas estão reagindo diante dos abalos produzidos pela crise estrutural do mundo moderno responsável em larga escala pela crise teórico-metodológica das ciências. Para isso, traçamos um breve panorama histórico a partir da Segunda Guerra Mundial, entre as ciências ditas exatas e as ciências humanas; destacamos os espaços ocupados por elas na modernidade, sob a orientação das leituras de Bruno Latour; e, esboçamos as tentativas de reação dos modernos, pós-modernos e aqueles que arriscam dizer que “jamais fomos modernos” diante da crise. Afinal, o nosso guia fez a opção por considerar as elaborações e questionamentos pertinentes como necessárias na reelaboração da constituição do novo solo antropológico, que não será nem moderno e nem pré-moderno.

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE ENSINO SUPERIOR

Dia: 20/01

Hora: 8h às 12h

A GESTÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Autor(es): Felipe Henrique Alves de Andrade

Resumo: A pesquisa assume como caso de gestão os caminhos e implicações práticas na adoção de uma política de arquivos universitária dedicada a pensar a gestão de documentos produzidos e recebidos pela UFJF. Nesse cenário, anunciam-se desafios postos pelo contexto da expansão planejada e executada no bojo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Com isso mente, definimos como objetivos para este estudo promover o diagnóstico sobre o sistema de gestão de arquivos e a política de arquivos adotada pela UFJF, de maneira a revelar as falhas dos processos desenvolvidos que resultam na precarização da gestão e preservação de documentos da vida funcional dos servidores. Assim, com o objetivo de identificar os elementos que constituem tais problemas, iremos recorrer à abordagem de autores relacionados a dois eixos teóricos principais: arquivologia e política de arquivos universitária; expansão universitária e REUNI. Nesse sentido, destacamos as contribuições de teóricos como Theodore Schellenberg, Heloísa Bellotto, JeanYves Rousseau e Carol Couture, só para citar alguns. Em adição ao debate teórico, propomos como metodologia a pesquisa de dados oficiais do Ministério da Educação (MEC) e da UFJF que evidenciem a trajetória assumida pela implementação do REUNI. Buscaremos contrapor esse cenário com a pesquisa de documentos oficiais da UFJF (diretrizes, resoluções, ofícios, memorandos, dentre outros) que esclareçam em que medida estão ocorrendo as discussões sobre a implantação de uma gestão documental universitária. Adotamos como instrumentos a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com servidores da PróReitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), especialmente aqueles lotados na Coordenação de Administração de Pessoal (CAP), além da condução de uma rotina de observação nesse ambiente. Tem-se como resultados preliminares a constatação da insuficiência das políticas de gestão arquivística de documentos adotadas no âmbito da PROGEPE, e mais especificamente a CAP, evidenciando falta de priorização por parte de gestores e detentores do poder decisório do trabalho de gestão documental nesse respeito.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE SURDOS EM CONTEXTO BILÍNGUE

Autor(es): Flávia Magela Rezende Ferreira

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo geral traçar um perfil do graduando em Pedagogia, em relação a suas concepções sobre o contexto bilíngue de ensino para surdos. Como objetivos específicos o trabalho pretende fazer um levantamento sobre o conhecimento dos graduandos em Pedagogia a respeito do processo de formação para a educação de surdos; analisar o perfil do graduando em Pedagogia em relação a suas concepções sobre o contexto bilíngue de ensino para surdos e indicar possibilidades de uma modificação didático-pedagógica, para melhor aproveitamento do processo de formação em relação à educação desses alunos. O fio condutor de investigação deste estudo é a lacuna que existe com relação à compreensão se a disciplina Libras Língua Brasileira de Sinais, no curso de Pedagogia, possibilita aos futuros professores a capacitação necessária para a educação de surdos em um contexto bilíngue. Esta investigação está pautada pelos fundamentos das abordagens: qualitativa e quantitativa. A geração de dados ocorreu por meio de questionários estruturados e as discussões foram feitas tendo como instrumento a análise de conteúdo. Com a discussão dos dados observa-se que antes da disciplina de Libras, poucas graduandas tiveram contato com pessoas surdas. A maioria destacou que a disciplina foi importante, produtiva e que possibilitou o conhecimento do mundo dos surdos. As graduandas reconheceram a importância de Libras na matriz curricular de Pedagogia, mas esperavam que o ensino fosse mais voltado apenas a conteúdos práticos. Justificativas apresentadas quanto às dificuldades de aprendizagem dos conteúdos: carga horária da disciplina, falta de aulas práticas, desatenção e dificuldades de memorização. As graduandas, em sua maioria, posicionaram-se favoráveis aos alunos surdos estarem juntos aos alunos ouvintes, destacando a importância da inclusão e suas especificidades. Ressaltaram a disponibilidade e intenção em receberem alunos surdos. Os resultados obtidos mostraram que, por se tratar apenas de uma única unidade curricular, que deve englobar tanto os aspectos teóricos e práticos, talvez fosse mais adequada uma modificação didático-pedagógica da disciplina de Libras, para melhor aproveitamento do processo de formação em relação à educação de surdos.

ATUAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU BRASILEIRA

Autor(es): Jacqueline Maria dos Santos; Lidia Boaventura Pimenta; Roberta de Oliveira Leal

Resumo: Considerando a publicação “Mestres e Doutores 2015: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira” realizada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, organização de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que divulga dados sobre o aumento da quantidade de mestres titulados no Brasil, associando grande parte deste crescimento à participação dos mestrados profissionais, considerando ainda a meta do Plano Nacional de Educação de elevar a titulação anual de mestres e doutores no Brasil, o presente artigo tem o objetivo de suscitar a ampliação do debate sobre a participação dos Mestrados Profissionais em Educação (MPE) no cenário da Pós-Graduação Stricto Sensu brasileira. Com relação aos procedimentos metodológicos, inicialmente foi realizado um estudo exploratório que envolveu pesquisa bibliográfica e documental. Em seguida os dados foram levantados através da Plataforma Sucupira e tabulados pela autora no mês de agosto/2016. O texto apresenta, portanto, análise e discussão dos dados sobre a atuação dos MPE no Brasil, apontando para os principais desafios destes cursos. A análise mostrou uma notória expansão na quantidade de cursos de MPE no Brasil, evidenciando uma tendência de desconcentração da Pós-Graduação nas regiões do país, apesar da região Sudeste ainda concentrar o maior número de cursos. Apesar da expansão, ainda há muitos estados com pouco ou nenhum curso, apontando para desafios como: maior alcance, para atender regiões do país pouco favorecidas; melhoria do conceito, que prevalece a nota mínima exigida pela CAPES na maioria dos cursos; propostas de financiamento com recursos públicos para o Mestrado Profissional no Brasil, considerando que há uma predominância destes cursos em instituições públicas, principalmente federais; além da instituição de Doutorados Profissionais, considerando sua importância na formação continuada. A análise dos dados à luz da abordagem teórica e documental realizada revelou que os MPE vêm se fortalecendo e ampliando sua participação ao longo da sua trajetória, acompanhando o crescimento da Pós-Graduação.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ADAPTAÇÃO DISCENTE NOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO/EVASÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA UFF

Autor(es): Julio Candido de Meirelles Junior

Resumo: A oferta de cursos semipresenciais (EaD) tem aumentado no últimos anos, mas ainda é um problema grave desta modalidade a reprovação e a evasão. Percebe-se que a transição dos alunos dos cursos presenciais para os semipresenciais necessita de uma adaptação e reorganização do modus operandi dos alunos. Lembrando que os referidos cursos são altamente democráticos, abertos a todos os cidadãos, mas de sucesso para uma minoria, que conseguem se adaptar e se organizar na rotina diária para manter a dinâmica do curso. Uma das preocupações da coordenação é o estudo e a difusão de um ambiente e interativo para facilitar a influência mútua entre os discentes. Outro aspecto levantado na adaptação dos alunos foi a falta de habilidade com a tecnologia da informação e o engajamento do estar só, pois o cursista se apresenta solitário no contexto de estudo e muitas das vezes com dificuldades de contato com os tutores ou administração do seu tempo, o que dificulta a prática do estudo. A pesquisa tem como objetivo analisar a influência da adaptação nos índices de evasão do curso de Administração Pública Municipal, da Universidade Federal Fluminense, das turmas iniciadas a partir de 2010 a 2016. Para a verificação desta investigação foi solicitado aos discentes responderem a um questionário contendo perguntas direcionadas ao entendimento das questões objetivadas no estudo e entrevistas para uma análise quantitativa e qualitativa. A partir da visão de que o fenômeno adaptação/evasão é mais acentuado nos cursos semipresenciais, percebe-se que o entendimento dos motivos pode ajudar a construir elementos para amortizar a incidência do fenômeno.

QUEM EDUCA OS EDUCADORES? O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM CURSOS A DISTÂNCIA NO BRASIL

Autor(es): Christiane Steiger Ferreira

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a formação de educadores em cursos a distância no Brasil, a partir da análise da atuação do tutor enquanto agente motivador da aprendizagem no ambiente virtual e como tal processo influencia a construção dos saberes docentes. Utilizamos a pesquisa bibliográfica de cunho quali-quantitativo para descrever as relações entre os modelos predominantes nas licenciaturas a distância, a centralidade do papel do tutor e as habilidades e conhecimentos necessários a estes profissionais no exercício da docência. Neste sentido, procuramos também aprofundar as reflexões sobre a importância do desenvolvimento de cursos a distância com foco no aluno, face à necessidade de modelos formativos que fomentem o potencial cognitivo e crítico e a autonomia dos estudantes, visando à sua futura prática profissional. Por meio do desenvolvimento do presente estudo, foi possível observar que a expansão de cursos de licenciatura a distância possibilitou uma considerável redução da defasagem de nosso país quanto à formação inicial de professores em nível superior, porém, necessita de discussões acerca da qualidade dos cursos ofertados e da consistência dos subsídios que os mesmos apresentam para desenvolver as competências imprescindíveis aos futuros educadores.

RELAÇÃO EMPRESA/INSTITUIÇÃO: O ESTÁGIO NO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UFJF

Autor(es): Antônio Sávio Teixeira Carneiro; Marco Aurélio Kistemann Junior; Luísa Vilardi.

Resumo: O estudo deste trabalho tem o propósito de investigar o estágio supervisionado obrigatório desenvolvido no curso de Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A legislação que regulamenta a atividade do estágio é a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Nesta legislação descreve os principais participantes da atividade do estágio, sendo estes o estagiário, a Instituição de Ensino Superior (IES) e o meio produtivo. O estudo deste trabalho considerará o meio produtivo sendo o meio empresarial, pois é principalmente neste ambiente que os estágios de cursos na modalidade bacharelado se desenvolvem. Como objeto de estudo, a IES considerada será a UFJF. Além disso, será representada pela Comissão Orientadora de Estágios (COE). Além dessa legislação, esta pesquisa também investigou as competências necessárias ao profissional da engenharia descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) dos cursos de engenharia. O objetivo deste trabalho é analisar e avaliar o estágio supervisionado obrigatório desenvolvido no Curso de Engenharia de Produção da UFJF. Além de ter como objetivos específicos a descrição da atividade do estágio no curso de bacharelado em Engenharia de Produção da UFJF; a análise da relação existente entre os envolvidos na atividade do estágio bem como a aquisição de competências durante a realização do mesmo; e a apresentação de um plano de ação tendo em vista os achados da pesquisa. Como metodologia, realizou-se uma revisão bibliográfica para elucidar sobre a relação existente entre os participantes da prática do estágio, relação prática e pedagógica do estágio e, por fim, sobre a gestão do conhecimento. A relação entre os envolvidos na prática do estágio deve ser feita de forma mais próxima possível visto que caso exista um gap entre professor orientador e aluno e/ou IES Empresa, todos os envolvidos perdem ao ter essas relações enfraquecidas, e prejudica o desenvolvimento de competências por parte do discente. Nesse sentido, aproximar IES-Aluno-Empresa, de tal modo que essa relação seja maximizada é de fundamental importância para o melhor desenvolvimento de todos os atores participantes da prática do estágio.

O PAPEL DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COMO SUPORTE DE APOIO EM ENSINO DE EDUCAÇÃO MEDIADA POR HIPERMÍDIAS EDUCACIONAIS

Autor(es): Lúcia Helena da Silva Joviano; Robson Monai Fernandes; Gabriela Nogueira dos Santos

Resumo: O presente trabalho tem como intento analisar a efetividade da estrutura organizacional de um polo de apoio presencial na captação de estudantes, no suporte e atendimento administrativo a estudantes, em um polo de ensino, cuja ação ocorre na modalidade educacional mediada por tecnologias da informação e comunicação, ou seja hiper mídias educacionais. Para aclarar o escopo proposto pelo estudo, pretende-se descrever um breve histórico da EAD; conceituar o polo de apoio presencial; apresentar sua estrutura organizacional e a legislação que o rege; e por último expor por meio da ação de uma Instituição de educação a distância um recorte cronológico em que se verificou o efeito da implantação de um polo de apoio presencial. Utilizou-se como metodologia: a pesquisa exploratória, documental, de cunho bibliográfico, com base na abordagem qualitativa, além do estudo de campo, a fim de responder aos questionamentos do estudo e atender os objetivos propostos. Como mecanismo de coleta de dados foram realizadas entrevistas com estudantes e funcionários[as] de um polo de apoio presencial na cidade de Juiz de Fora. Os resultados obtidos demonstram que a estabelecimento do polo de apoio presencial e sua estrutura organizacional foram extremamente relevantes para expansão na captação de novos[as] estudantes e na ampliação do suporte e atendimento pedagógico e administrativo oferecido aos estudantes.

PESQUISA CIENTÍFICA SE APRENDE FAZENDO PESQUISA.

Autor(es): José Antonio Chehuen Neto; George Rommel Muylaert de Azevedo Quaresma; Mariana Rodarte Freire

Resumo: OBJETIVO: a criação da Disciplina de Metodologia Científica, na graduação em Medicina, instituiu Técnica de Ensino propondo apreender o conteúdo com tarefas práticas, específicas e intuito delimitado. Ensinar e assimilar a metodologia científica, seus fundamentos, inclui participação na elaboração, realização e publicação de pesquisas científicas. METODOLOGIA: criamos Disciplina Optativa, com concurso de acesso, para discentes. Os aprovados envolvem-se nas Linhas de Pesquisa em aspectos da educação, formação e exercício profissional na área da saúde. Constituímos grupos com monitores tutores, definindo a questão a ser pesquisada. Elaboramos o Projeto e submetemos ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFJF. Após aprovação, investigamos, escrevemos o artigo, a análise estatística, e enviamos ao periódico escolhido. A meta é publicação no mínimo Qualis B3 e concorrer à Iniciação Científica anualmente. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO: formar recursos humanos em investigação científica é tarefa árdua, minuciosa, intrigante e recompensadora. É incrível o interesse dos alunos de graduação em contribuir nos estudos de relevância médica. Há o desenvolvimento de atividades práticas e cognitivas quando concretizam pesquisa científica. Aprimoram-se: análise crítica, escolha, leitura, estudo, revisão literária do tema, critérios de prioridade, concisão, trabalho em equipe, escrita científica criteriosa, vivência de dificuldades e soluções, gestão temporal, amadurecimento pessoal, interesse em criar e inovar. Instigamos alunos à optarem pela docência, investigação científica e pós-graduação strictu sensu. CONSIDERAÇÕES FINAIS: recomenda-se, para a graduação, a Estratégia de Ensino descrita na literatura educacional. Os evolvidos apresentam excelentes resultados curriculares. Reuniões ocorrem sob minha orientação, com construção do projeto e solução das dificuldades nos grupos. Temos ampla aceitação em periódicos, cerca de 50 trabalhos já publicados, diversos aprovados em Iniciação Científica e mais de uma centena apresentados em congressos. Houve dois livros publicados com participação de alunos: “Metodologia da pesquisa científica: da graduação à pós-graduação” e “Fundamentos e práticas da técnica cirúrgica”.

OS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: O CONTEXTO INSTITUCIONAL, A “CULPABILIZAÇÃO” DA BUROCRACIA E PROPOSTAS PARA SOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS.

Autor(es): Pablo de Oliveira Pereira; Marco Aurélio Kistemann Júnior

Resumo: Os estágios obrigatórios são parte fundamental na formação de discentes, visto que são nessas atividades que os futuros profissionais têm efetivamente contato com o mercado de trabalho que irão ingressar. O presente trabalho irá analisar os processos utilizados para a administração dos estágios obrigatórios na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A escolha do tema foi pautada em observações feitas no exercício das funções de técnico Administrativo em educação na Coordenação de Estágios da PROGRAD – UFJF, em que pude observar, empiricamente, um problema administrativo que ocorre em cadeia pelo não cumprimento de dispositivos legais internos à instituição. Para o desenvolvimento da pesquisa serão verificados a estrutura dada aos estágios obrigatórios, a normatização existente para seu funcionamento, bem como do papel dos órgãos gestores na sua administração. Portanto, diante destes problemas citados, iremos apresentar o contexto institucional dos estágios obrigatórios na UFJF a partir da descrição da Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, descrevendo todos os dados levantados a partir da investigação de documentos oficiais. Em seguida, analisar o problema de pesquisa. Para isso, apresentar-se-ão alguns conceitos fundamentais e argumentos sobre o assunto, baseando-se em obras de autores, tais como: Warlerson Peres; Zhu Qianwei, entre outros. Trataremos também do estereótipo deturpado que se criou em relação à burocracia dos estágios obrigatórios na UFJF e a possibilidade de desculpabilizar tal burocracia por todos os equívocos que existem em relação ao trâmite de documentos de estágios na instituição. Por fim, apresentaremos alternativas para mais eficiente administração de tais estágios, baseadas em alguns dispositivos já presentes na instituição, como é o caso projeto Integra, no ICE.

RESUMOS APROVADOS PARA O GT DE DIVERSIDADE E DESIGUALDADE

Dia: 20/01

Hora: 8h às 12h

DINÂMICAS DE EDUCAÇÃO-TRABALHO-RENDA NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS (1970/2010): desafios para políticas educacionais que combatam desigualdades

Autor(es): Nathalie Reis Itaboráí

Resumo: Famílias são unidades importantes para a análise das desigualdades sociais, na medida em que são espaços de partilha e (re)produção de diferentes tipos de capitais (renda, educação etc.), de construção de estratégias de divisão de trabalho (doméstico, de cuidados e remunerado), e projetos de melhoria do bem estar e mobilidade social, nos quais a escolarização ocupa espaço importante. Um breve quadro da distribuição dos membros das famílias entre atividades de educação e estudo e suas contribuições para a renda familiar revelam dimensões de dinâmicas em curso no país, como a extensão da escolarização e o postergamento do ingresso no trabalho de filhos (e ainda mais de filhas), além de ampliação da escolaridade, participação no mercado de trabalho e contribuição para a renda familiar de mulheres unidas ou chefes de famílias monoparentais. Entender tais transformações, e as desigualdades sociais que as permeiam, é importante para o planejamento de políticas educacionais no Brasil. Por exemplo, a redução da fecundidade nas últimas décadas, que esteve associada ao aumento da escolaridade, do trabalho e renda femininos, implica redução da demanda por educação infantil, favorecendo maiores investimentos na oferta e na qualidade desta etapa de ensino. Outras dimensões das componentes demográficas, como o envelhecimento da estrutura etária da população, estimulam investimentos educacionais nas novas gerações visto que as próximas gerações da População Economicamente Ativa (PEA) necessitarão de alta produtividade para compensar as razões de dependência (proporção de pessoas de 0 a 14 e 65 anos e mais em relação à população de 15 a 64 anos) e o crescimento do percentual de aposentados. Déficits de educação e de oportunidades de trabalho, sobretudo na população de mais baixa renda, exigirão políticas educacionais específicas, além de outras como as de transferência de renda. A análise proposta pretende contribuir na reflexão sobre quais políticas educacionais podem ajudar a combater desigualdades sociais diante das dinâmicas de educação-trabalho-renda em curso nas famílias brasileiras. Os dados analisados proveem da série de censos demográficos brasileiros de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. As dimensões de sexo, idade, condição na família e percentis de renda são exploradas de forma a evidenciar desigualdades e problematizar possibilidades para sua superação.

EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: Como os livros de literatura infantil podem auxiliar na ressignificação dos discursos e práticas acerca do tema diversidade nas escolas

Autor(es): Marivalda Abigail Rofino; Daniele Freitas de Araujo

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa As contribuições do livro de literatura infantil para o debate das relações raciais na escola realizada em instituição da rede municipal de Juiz de Fora/MG, em turma de 2º ano do ensino fundamental. Objetiva inserir nas discussões em sala de aula o tema das relações étnicoraciais. Considerando a Lei 10639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio e, também, por considerar a necessidade de se trabalhar a referida temática com o alunado em sua maioria formado por crianças e jovens afro-brasileiros. É que pensou-se sobre a necessidade de discutir o tema. Foi adotada metodologia qualitativa. O projeto está sendo desenvolvido no corrente ano e conta com financiamento do Fundo de Apoio à Pesquisa na Educação Básica (FAPEB). Como resultados parciais, destacam-se: abordagem do tema em sala de aula de acordo com as datas comemorativas do calendário; carência de materiais didático-pedagógicos em consonância com uma visão descolonizadora do currículo; e necessidade de fomento na formação inicial e continuada dos docentes.

INCLUSÃO ESCOLAR: O PAPEL DA ESCOLA NA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Autor(es): Rogério Augusto Dos Santos

Palavras-chave: Diversidade; Escola; Inclusão

Resumo: A Educação Inclusiva impulsionou, nas últimas décadas, mudanças significativas na educação e orientou a transformação nos sistemas de ensino no Brasil. A pesquisa teve como objetivo identificar as práticas pedagógicas implementadas em uma escola pública regular e quais as contribuições da gestão escolar que as fundamentam de forma a garantir o direito à aprendizagem e à continuidade do percurso escolar dos alunos com deficiência na escola regular. A metodologia constituiu-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso com base em pesquisa documental, entrevistas com a equipe gestora, profissionais de apoio à inclusão e aplicação de questionários aos docentes. Os resultados obtidos na pesquisa apontaram que a implementação de políticas públicas no contexto de uma escola não é uma tarefa fácil, requer muita persistência e força de vontade de todos os atores envolvidos no processo. As ações relacionadas a articulação pedagógica, a reformulação do fazer pedagógico, a participação do gestor na tomada de decisões e a realização de parcerias em prol de uma educação inclusiva são pilares para a garantia do direito à aprendizagem e a continuidade do percurso escolar de todos os alunos. A conclusão da pesquisa concretiza um desejo de contribuir para a construção de caminhos mais nobres para a educação brasileira, o que certamente, passa pela compreensão e problematização dos conceitos de diferença, desigualdade e diversidade. Dessa forma, as políticas públicas direcionadas à inclusão de alunos com deficiência não podem se valer apenas da permanência física destes junto aos demais. É preciso implementar nas escolas o princípio democrático da educação para todos, o que implica possibilitar o desenvolvimento desses alunos, o respeito às suas diferenças e necessidades individuais, pois, só assim, o professor terá condições de rever suas concepções, paradigmas e contribuir para a disseminação de uma educação na perspectiva inclusiva e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Referências Bibliográficas

A DIVERSIDADE NA LUTA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL NUMA UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL: a construção de práticas humanizadoras e solidárias

Autor(es): Rafaela Nichols; Luciana Cortes

Resumo: O presente trabalho apresenta uma proposta pedagógica desenvolvida no cotidiano escolar de uma unidade de educação em tempo integral, localizada no município do Rio de Janeiro (RJ) para elucidar questões referentes à diversidade. Convém destacar que, enquanto objetivo desta produção, buscamos promover a problematização de temas presente no cotidiano, mas que, por vezes, não são contemplado nas salas de aula, tais quais: corpo, sociedade, orientação sexual, homofobia, feminismo, transfobia, machismo, sororidade e racismos – questões estas presentes e que se configuram necessárias dispor em discussão na contemporaneidade. Nesta perspectiva, elucidamos ser relevante a desnaturalização de algumas condutas sociais, entendidas como aceitáveis, porém que reproduzem o desrespeito às minorias. Destacamos que, o legado, desta reflexão, é propiciar um ambiente que aceite, respeite e valorize a diversidade como lugar de possíveis trocas e desconstruções. Ressaltamos que as observações socializadas são fruto da experiência, de fato, realizada durante a disciplina eletiva (um dos componentes curriculares da parte diversificada do currículo presente na proposta de educação em tempo integral dos “Ginásio Carioca” – política pública municipal na qual a referida unidade escolar encontra-se inserida). Desta forma, pontuamos, enquanto caminho metodológico, o “relato da experiência” que, por sua vez, encontra-se alinhado ao eixo “Diversidade e Desigualdade na Educação”. Em tempo, enfatizamos que foram múltiplas as atividades desenvolvidas, como debates, uso de redes sociais e outros instrumentos produtores de reflexão. Neste bojo, pontuamos que todas essas propostas foram pensadas enquanto uma forma de privilegiar a cultura dos estudantes e seus cotidianos na busca por um saber significativo e minimizador das desigualdades sociais. Podemos, desde já, socializar que, enquanto culminância desta experiência pedagógica – de relevância social – foram criados cartazes de conscientização assim como a composição de músicas abordando, de maneira crítica, os temas propostos, a promoção da campanha contra o machismo, denominada “Não queremos flores, queremos respeito” e, ainda, a criação de uma página no facebook para compartilhar as discussões, trabalhos, reflexões e pesquisas realizadas.

ESPAÇO RESERVADO PARA PICHADORES SOCIAIS: as contribuições dos participantes da I Jornada de Educação Não Escolar e Pedagogia Social sobre o conceito de educação social.

Autor(es): Marcio Bernardino Sirino; Patricia Mota

Resumo: Este trabalho tem como objetivo socializar as contribuições realizadas pelos participantes ao longo da I Jornada de Educação Não Escolar e Pedagogia Social, realizada pelo Projeto de Extensão “Fora da Sala de Aula: Formações, Representações e Práticas Educativas Não Escolares e Atividades Extracurriculares” – da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/ FFP – sobre suas concepções, oriundas do senso comum, de educação social. Com a perspectiva de inserção no eixo temático “Desigualdade na Educação”, entendemos que a prática pedagógica em espaços não escolares, embasados com os fundamentos da Pedagogia Social, contribuem para a diminuição desta dívida histórica. Desse modo, estruturamos – enquanto relato de experiência – este trabalho que contou com a confecção de um painel interativo – durante a referida jornada – e com a mediação de 2 (dois) dos participantes do projeto de extensão – momento de abordagem aos sujeitos que participavam da Jornada problematizando sobre as temáticas da educação social. A análise dos conteúdos coletados nos murais nestes dias de jornada indicam uma construção de senso comum da educação social associada a uma educação que mais que “para além dos muros da escola”, ainda está enraizada na questão da assistência social, podendo ser desvinculada de uma característica geral que a educação deve assumir como potencializadora de espaços de transformação dentro da sociedade brasileira, não importando se a mesma se encontra dentro ou fora dos espaços escolares, ou com qualquer outro grupo socialmente atendido pelas práticas educativas.

EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO PRÉ-VESTIBULAR CIDADÃO DE VOLTA REDONDA/RJ: sucessos e insucessos

Autor(es): Marcele Maria Ferreira Lopes; Luiz Henrique de Castro Silva; Elisa Andrade Costa

Resumo: O Projeto Pré-Vestibular Cidadão (PVC) é uma experiência de voluntariado na educação e parte integrante do Movimento Ética na Política (MEP) no município de Volta Redonda/RJ. Surgiu em abril de 2000, com o objetivo de oportunizar a pessoas com dificuldades financeiras, principalmente oriundas de escolas públicas, um espaço para formação integral, para que disputem vagas em universidades públicas e privadas e, ainda, que despertem para o efetivo exercício da cidadania e da responsabilidade social. Assim, o principal mote do PVC é promover a inclusão social por meio da educação popular, contando com o voluntariado de professores e profissionais de diversas áreas em aulas noturnas diárias dos principais componentes curriculares e de disciplinas transversais como Cultura e Cidadania. As aulas seguem o padrão tradicional expositivo, com atividades diversificadas: visitas a Câmara Municipal, ações ligadas ao meio ambiente, troca de experiência com outros projetos sociais, realização de debates e sondagens sobre temas sociais, dentre outras. Desde 2002, ao início de cada turma, é realizada uma Semana de Sensibilização, em que a filosofia de engajamento político-social do PVC é apresentada aos alunos. Nesses 17 anos, o PVC registra aproximadamente 1300 inscrições e 500 aprovações para ingresso no ensino superior e em cargos públicos. As experiências do PVC foram publicadas em artigo na Univap, em 2007, e vieram progredindo com a presença de uma equipe pedagógica (2004 a 2015), por meio da realização de semanas filosófico-pedagógicas (2006 e 2007) e de um Fórum de Educação Popular (2009); de visitas às universidades (2008 e 2016); da realização de simulados em parceria com a PUC (2009); da figuração como objeto de estudo em monografias e dissertações (2008, 2012 e 2015). O PVC é reconhecido publicamente por órgãos municipais e por entidades de classe, como a OAB, pela atuação social. Embora sejam positivos os resultados que o PVC vem alcançando, há entraves que inviabilizam o crescimento do projeto, como a evasão e o desinteresse de estudantes, a descontinuidade de professores voluntários, e, principalmente, a dificuldade em manter ativa a realização de atividades concernentes à filosofia do projeto. Diante desses entraves, professores e coordenação vêm discutindo os rumos do PVC para o próximo ano, com temas como a construção/desconstrução da escola.

ACESSIBILIDADE: um estudo nas escolas municipais de Juiz De Fora

Autor(es): Cristina Hill Fávero; Helder Gomes Costa

Resumo: Na literatura atual acessibilidade se traduz como a redução de barreiras que impedem as pessoas com deficiências de exercerem plenamente seus direitos como cidadãos. Um direito fundamental do cidadão é educação de qualidade e para que esta aconteça com qualidade e eficácia, a acessibilidade é peça motriz do processo de inclusão educacional. Neste contexto, surge a seguinte questão, como avaliar a acessibilidade às escolas? O objetivo deste estudo é descrever uma modelagem proposta para a avaliação deste tipo de acessibilidade. Os critérios de avaliação aplicados na modelagem são oriundos de pesquisa bibliográfica sistematizada, o que originou um instrumento de avaliação composto por 47 critérios, agrupados nas acessibilidades arquitetônica, metodológica, comunicacional, instrumental, atitudinal e programática. Esse instrumento de coleta foi aplicado a um caso específico, que teve com pano de fundo a avaliação da acessibilidade nas escolas municipais da cidade de Juiz de Fora, situada no Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do Brasil. O preenchimento do modelo de pesquisa se deu por meio de e-mails e visitas as escolas municipais e as entrevistas em encontros individuais. Identificou-se insuficiência de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, ficando os critérios piso tátil e utilização de braile em sala, pertencentes as acessibilidades, com os percentuais abaixo de 10% do total possível. Dentre as acessibilidades avaliadas, os critérios relacionados a atitudinal e programática predominaram as porcentagens mais altas. O conhecimento das condições de acessibilidade permitiu aos pesquisadores proporem ações pertinentes a construção ou melhorias de acessibilidades.

ANÁLISE DE RELATOS QUE COMPROVAM A NECESSIDADE DA INCLUSÃO DE UMA DISCIPLINA VOLTADA PARA EJA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA

Autor(es): Luciana Martins Arruda; Aline Procópio de Paula Couto; Joana Castro Teixeira Machado.

Resumo: Análise de relatos que comprovam a necessidade da inclusão de uma disciplina voltada para EJA nos cursos de graduação em licenciatura. Nesta comunicação, apresentaremos algumas reflexões sobre relatos coletados para um Projeto de Iniciação Científica da Faculdade Santa Marcelina de Muriaé em 2016. Temos como objetivo analisar seis relatos produzidos por professores que atuaram ou atuam na EJA, nos quais constam seus “desprazeres” ou dificuldades, como faixas etárias diferenciadas, carência de materiais didáticos específicos para essa modalidade, alunos em fase de reabilitação social com déficit de aprendizagem, entre outros. Nesses relatos, os professores também narram os “prazeres” advindos das experiências vivenciadas nessa modalidade de ensino e da troca de conhecimento existente entre professor e aluno. Essas narrativas serão analisadas tendo como fundamentação teórica as contribuições oferecidas pela Linguística, em especial as de Charaudeau (2009) com relação ao Modo de Organização do Discurso Narrativo, e da Pedagogia, em especial as de Magda Soares (2015) e Paulo Freire (1967, 1996), sobre o processo de alfabetização e letramento. Portanto, como graduandas do curso de Letras escolhemos pesquisar este assunto pelo fato de acreditarmos ser este um momento oportuno para suscitarmos reflexões como esta, tendo em vista a Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, do CNE/MEC, segundo a qual: “os cursos de graduação em licenciaturas voltarão ao período de 4 anos, sofrendo reformulações em suas grades curriculares”. Os relatos analisados até o momento têm nos mostrado que os professores carecem de uma orientação teórica e metodológica para lecionar na EJA, durante a realização dos seus cursos de licenciatura.

